

## RESULTADOS E DESEMPENHO

### 30 de setembro de 2012

**Em 2012, eleita a Melhor Empresa do Ano para Trabalhar e, pela 6ª vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País**

Destaques Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	9M12	9M11	Variação
Receita Líquida	2.638,1	2.662,6	-0,9%
EBITDA	635,6	763,7	-16,8%
Margem EBITDA	24,1%	28,7%	-4,59 p.p.
Lucro Líquido	317,7	397,1	-20,0%
Dívida Líquida	1.000,6	889,1	12,5%
Investimentos	198,2	218,4	-9,2%
Volume de fornecimento (GWh)	8.879,0	8.971,2	-1,0%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	11.835,2	11.521,1	2,7%
Outros Destaques	set/12	set/11	Variação
Clientes (milhares)	2.301	2.241	2,7%
DEC (horas)	9,54	9,27	2,9%
FEC (interrupções)	5,16	5,54	-6,9%
Perdas (*)	7,11%	7,07%	0,04 p.p.
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-

(\*) Estimativa – ver item 12 - Desempenho Operacional

### DESTAQUES 2012

- Eleita em 5 de setembro de 2012 a Melhor Empresa do Ano pelo no Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2012, uma das maiores e mais tradicionais pesquisas de clima organizacional do país, com um Índice de Felicidade no Trabalho (IFT) de 92,5%.
- A Companhia também deu início ao processo de transição de sua identidade visual. A nova marca ELEKTRO alinha-se aos padrões mundiais do Grupo controlador Iberdrola. A alteração do logotipo foi o primeiro passo de um processo de transição, sendo que as futuras adaptações se darão de forma gradual, observando o cronograma definido dentro da gestão prudente de custos da Companhia.
- Ainda em setembro de 2012, foi concluída a 6ª emissão de debêntures da Companhia no montante total de R\$ 650 milhões, com a demanda superando

em mais de três vezes a oferta inicial, o que permitiu que as taxas finais de cada uma das séries da emissão fossem reduzidas de forma expressiva, resultando nas taxas mais baixas em emissões realizadas no mercado brasileiro até o momento, neste ano de 2012. O rating atribuído à emissão pela agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) foi brAAA.

- Considerada pela Revista Época e Great Place to Work, pelo segundo ano consecutivo, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País para trabalhar, em premiação recebida em 13 de agosto de 2012. Em 2011 a Elektro havia ficado na 19ª colocação entre todas as empresas do Brasil, e este ano conquistou o 5º lugar, com 93% de satisfação na Pesquisa de Clima.
- Eleita em julho de 2012, pela sexta vez desde 2004, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, pela oitava vez Melhor Gestão Operacional e pela segunda vez Melhor Avaliação pelo Cliente, segundo avaliação da Abradee, entre as distribuidoras de energia com mais de 500 mil clientes.
- Em maio de 2012 foi concluído o processo de reestruturação societária das empresas controladoras da Elektro, que fez parte de uma reorganização do Grupo Iberdrola, e teve como objetivo simplificar a estrutura de controle da Elektro, concentrando todas as ações detidas pelo grupo controlador numa única *holding*, a Iberdrola Brasil S.A. A reestruturação não alterou o controle acionário indireto da Companhia, detido pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha, nem resultou em aumento de seu capital social ou alteração das participações dos demais acionistas no capital social da Elektro.
- Também em maio de 2012, a S&P reafirmou o *Rating* Corporativo brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito, que vem sendo mantido pela Companhia desde 1º de julho de 2010.
- A Elektro conquistou ainda, em abril de 2012, o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente.

## Sumário

<b>1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES.....</b>	<b>4</b>
<b>3. MUDANÇA DE IDENTIDADE VISUAL .....</b>	<b>4</b>
<b>4. AMBIENTE ECONÔMICO.....</b>	<b>5</b>
<b>5. ASSUNTOS REGULATÓRIOS .....</b>	<b>6</b>
5.1. 3º ciclo de Revisão Tarifária .....	6
5.2. Medida Provisória 579/12.....	7
<b>6. DESEMPENHO COMERCIAL.....</b>	<b>8</b>
6.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição .....	8
6.2. Segmentação do Fornecimento de Energia .....	11
6.3. Contratos de Compra de Energia.....	11
<b>7. RESULTADOS.....</b>	<b>12</b>
7.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio .....	14
<b>8. ESTRUTURA DE CAPITAL .....</b>	<b>15</b>
<b>9. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</b>	<b>17</b>
<b>10.POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....</b>	<b>17</b>
<b>11.FLUXO DE CAIXA.....</b>	<b>17</b>
<b>12.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>13.DESEMPENHO OPERACIONAL .....</b>	<b>19</b>
<b>14.RECONHECIMENTO.....</b>	<b>21</b>

## 1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 30 de setembro de 2012, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100%</b>
<b>Participação sobre o total de Ações</b>		<b>47,42%</b>	<b>52,58%</b>	<b>100,0%</b>		

A composição acionária atual resultou da reestruturação societária, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de maio de 2012, relativa à incorporação da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. pela Companhia, e, subsequentemente, à versão para a Companhia do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., composto pelo investimento detido por referida sociedade na Companhia e ágio gerado na aquisição da Elektro e da EPC, líquido da Provisão requerida pela Instrução CVM 319/99. A referida reestruturação, previamente aprovada pela Aneel e BNDES, deixou a *holding* Iberdrola Brasil S.A. como titular direta de 99,68% das ações da Elektro, mas não alterou o controle acionário indireto da Companhia, detido pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha, nem resultou em aumento de seu capital social, bem como não alterou as participações dos demais acionistas não controladores no capital social da Elektro.

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício. Os outros 5% são destinados para constituição de Reserva Legal.

## 2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A empresa mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* [www.elektro.com.br/ri](http://www.elektro.com.br/ri), pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br) ou pelo telefone (19) 2122-1487.

## 3. MUDANÇA DE IDENTIDADE VISUAL

Em setembro de 2012 a Companhia deu início ao processo de transição da marca ELEKTRO, alinhando-se aos padrões do Grupo controlador Iberdrola, um dos maiores grupos do setor de energia do mundo. Confira abaixo o novo logotipo:



A nova marca, inspirada na natureza, é composta por três elementos: uma folha e duas gotas. A folha verde representa o respeito ao meio ambiente e as gotas representam as fontes de energia do Grupo Iberdrola: a gota azul indicando as fontes de energia hidrelétrica e eólica e a gota laranja o gás natural e energia solar.

#### 4. AMBIENTE ECONÔMICO

O terceiro trimestre de 2012 seguiu marcado por sinais de incerteza, com perspectivas de baixo crescimento econômico e produção industrial, tanto no mercado interno quanto externo. Altas taxas de desemprego por longo período, aliadas à implementação de ajustes fiscais, com cortes de gastos e aumentos de impostos, e às incertezas de ordem política, traduzem-se em projeções de baixo crescimento em economias maduras como Estados Unidos e Europa. Nesse sentido, prevalece o ritmo de crescimento moderado da economia norte-americana, sendo que o crescimento do PIB do segundo trimestre de 2012 foi revisado de 1,7% para 1,3% (anualizado) e o ritmo de geração de empregos permanece modesto, embora o desemprego tenha recuado para 7,8% em setembro de 2012, frente aos 9,1%, registrados em setembro de 2011.

Em relação à política monetária, persiste, de modo geral, uma postura fortemente acomodatória, sendo que as taxas de juros oficiais de importantes economias, tais como Estados Unidos e Zona do Euro seguem as mínimas históricas. Os núcleos de inflação continuam em níveis moderados nesses países. Na China, a expectativa é de um crescimento da economia da ordem de 7,7% em 2012, de acordo com projeção divulgada pelo Banco Mundial em outubro, contra 9,3% em 2011, registrando o pior resultado em 13 anos, reflexo, entre outros, da redução das exportações e retração dos investimentos privados, a despeito da redução das taxas de juros básica realizada pelo Banco Central chinês em julho deste ano na tentativa de impulsionar o crescimento econômico.

No Brasil, as medidas de estímulo adotadas pelo governo brasileiro para incentivar setores da indústria não foram suficientes para impulsionar a produção industrial nos oito primeiros meses do ano, que se reduziu 3,4% frente a igual período do ano anterior, embora tenha dado sinais modestos de recuperação, com crescimento da média móvel trimestral em agosto de 0,8% frente à média móvel trimestral do mês anterior, interrompendo o comportamento predominantemente negativo observado desde agosto de 2011, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos nove primeiros meses de 2012, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 8,25% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,0306 /US\$ no encerramento de setembro de 2012 contra R\$ 1,8758/US\$ em dezembro de 2011.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 7,09%, com aumento de 2,94 pontos percentuais em relação ao resultado acumulado dos nove primeiros meses de 2011, quando apresentou uma inflação de 4,15%. A elevação foi pressionada principalmente pela alta do IPA (Índice de Preço ao Produtor Amplo) de 3,61% em 2011 para 8,27% em 2012, impactada principalmente pelo aumento dos preços dos produtos agropecuários.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 3,77%, 1,2 ponto percentual abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior (4,97%). Esse resultado é consequência da menor pressão exercida pelo grupo de vestuário, artigos de residência (que incluem móveis e eletrodomésticos), e, principalmente, da redução no grupo de transportes, especialmente no preço de veículos novos e usados, o que contribuiu fortemente para a desaceleração do índice.

Dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, em 10 de outubro de 2012 o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu reduzir novamente a taxa Selic para o mais baixo índice da história, 7,25% a.a., 4,75 pontos percentuais abaixo da taxa de encerramento de setembro de 2011 (12,00% a.a.). Em 30 de junho, o Conselho Monetário Nacional alterou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,0%, fixada neste nível desde julho de 2009, para 5,5% a.a., e em 27 de setembro reafirmou a manutenção desta taxa até dezembro de 2012, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994.

Nos nove primeiros meses de 2012, as exportações apresentaram valor de US\$ 180,597 bilhões, o que representou uma retração de 4,9% sobre o mesmo período do ano anterior. As importações, por sua vez, somaram US\$ 164,870 bilhões com queda de 1,2% sobre o mesmo período do ano anterior. O superávit comercial acumulado até setembro de 2012 totalizou US\$ 15,727 bilhões, 31,8% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior (US\$ 23,059 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada			
	3T12	3T11	9M12	9M11
Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,0306	1,8544	2,0306	1,8544
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-0,46%	-18,79%	-8,25%	-11,30%
IGP-M	3,79%	0,97%	7,09%	4,15%
IPCA	1,42%	1,06%	3,77%	4,97%
CDI	1,83%	3,01%	6,33%	8,70%
TJLP	1,35%	1,47%	4,34%	4,47%

<sup>(1)</sup> Cotação em 28 de setembro.

## 5. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

### 5.1. 3º ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data definida no contrato de concessão alteração de suas tarifas. Em agosto de 2011, ocorreria a Terceira Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia, oficializada através da Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011. As tarifas da Elektro, que haviam sido homologadas por meio da Resolução nº 1.049/2010 de 19 de agosto de 2010 e deveriam vigorar até 27 de agosto de 2011, foram então prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.196/2011 de 23 de agosto de 2011, a qual também definiu que a nova tarifa teria efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011). Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreria em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011.

A discussão dos aperfeiçoamentos da metodologia referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias iniciou-se em 8 de setembro de 2010 com a Audiência Pública 040/2010 e foi finalizada com a publicação da Resolução Normativa nº 457 de 8 de novembro de 2011, que atualizou os procedimentos gerais para realização das revisões das Concessionárias. Na nova metodologia, a Aneel definiu um custo de capital (WACC) de 7,50% a.a. (após impostos), substituindo os 9,95% a.a. utilizado no 2º Ciclo de Revisões Tarifárias. Outras mudanças estão relacionadas aos Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Outras Receitas, Fator X, e Receitas Irrecuperáveis (inadimplência). Além da nova metodologia a ser empregada para a definição da receita da distribuidora, a ANEEL também aprovou, por intermédio da Resolução Normativa nº 464/2011 de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010, aberta em 17 de dezembro de 2010.

A Revisão Tarifária da Elektro para o 3º ciclo iniciou-se em 10 de maio de 2012 (Audiência Pública nº 31/2012) e resultou como efeito médio para o consumidor, uma redução de 6,05%. As novas tarifas, que consideravam apenas o efeito da Revisão Tarifária, foram homologadas na Resolução nº 1.329 de Agosto de 2012. Por decisão da ANEEL, as referidas tarifas não chegaram a ser aplicadas, já que o efeito da Revisão Tarifária de 2011 foi concatenado ao do Reajuste anual de 2012, aplicados na mesma data, decisão homologada através da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011. O efeito médio final para o consumidor aplicado desde 27 de agosto de 2012 foi uma redução de 3,05%, conforme Resolução 1.336 de 21 de agosto de 2012. O cálculo das tarifas finais

considerou o crescimento de mercado, a atualização monetária, o fator X, além do componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária. Para este último item, foi definido que o montante, no valor de R\$ 253.447, será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário de 2012.

## **5.2. Medida Provisória 579/12**

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória Nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, a redução nos encargos de Energia Elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Medida Provisória permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar de antecipar a renovação dos contratos mediante condições específicas estabelecidas na Medida Provisória.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição imposta pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados serão indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplarão apenas os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos e Encargos Setoriais. Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Além disso, os efeitos da prorrogação dos contratos de concessão devem ser antecipados para 2013.

Adicionalmente, a Medida Provisória extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e da RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE(Conta de Desenvolvimento Energético) a 25% de seu valor original. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas já no início de 2013, a ANEEL realizará Revisões Tarifárias Extraordinárias em fevereiro do próximo ano.

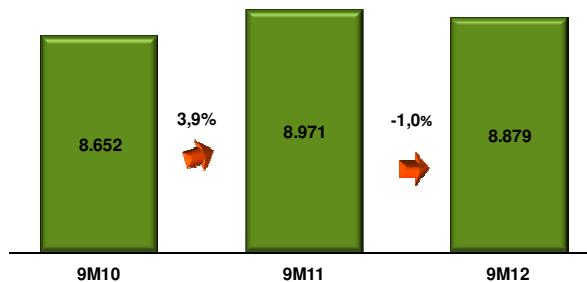
A antecipação das prorrogações daquelas concessões afetadas pela Medida Provisória 579, e a redução dos encargos regulatórios também por ela gerada não causará impactos diretos no resultado da para a Elektro. De um lado, pois o contrato de concessão da Companhia tem vigência até 2028. De outro lado, a Revisão Tarifária Extraordinária implicará apenas em ajuste da Parcela A, não gerando alterações da Parcela B, e, portanto, não afetará o Resultado da Companhia.

Essa Administração está acompanhando o desenrolar dos procedimentos subsequentes à emissão da referida Medida Provisória e, tão logo sejam divulgadas informações adicionais que permitam mensurar eventuais impactos sobre as operações da Sociedade, a Elektro fará a sua divulgação.

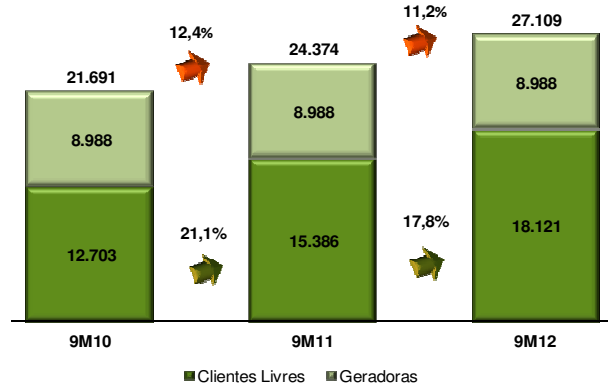
## 6. DESEMPENHO COMERCIAL

### 6.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

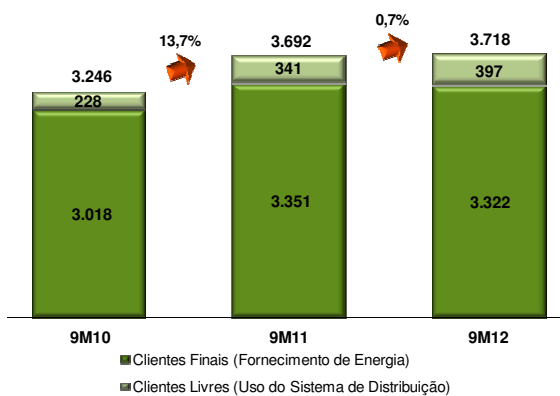
**Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) <sup>(\*)</sup>**



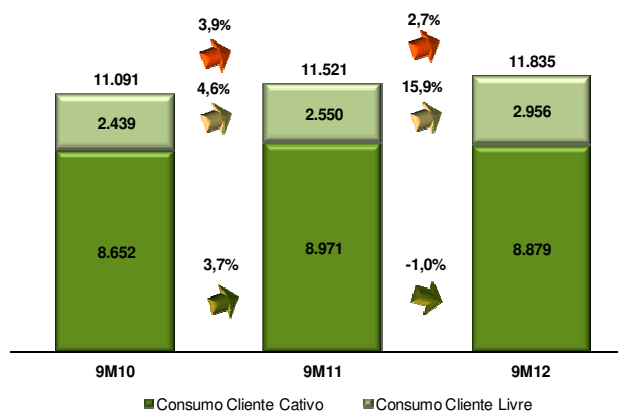
**Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) <sup>(\*)</sup>**



**Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)**



**Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) <sup>(\*)</sup>**



<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh <sup>(*)</sup>		
	9M11	9M12	Var. %
Residencial	2.852,3	2.928,3	2,7%
Industrial	3.073,6	2.720,5	-11,5%
Comercial	1.479,9	1.635,4	10,5%
Rural	668,0	672,9	0,7%
Poder Público	222,1	232,1	4,5%
Iluminação Pública	334,1	342,5	2,5%
Serviços Públicos	341,2	347,3	1,8%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>8.971,2</b>	<b>8.879,0</b>	<b>-1,0%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW <sup>(*)</sup>		
	9M11	9M12	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>24.373,6</b>	<b>27.108,5</b>	<b>11,2%</b>

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	9M11	9M12	Var. %
Residencial	1.348,1	1.373,1	1,9%
Industrial	939,9	829,7	-11,7%
Comercial	622,5	681,2	9,4%
Rural	156,9	158,4	1,0%
Poder Público	94,9	98,3	3,6%
Iluminação Pública	82,1	84,5	3,0%
Serviços Públicos	107,3	104,2	-2,9%
Receita não Faturada <sup>(2)</sup>	(0,3)	(7,5)	2418,6%
<b>Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais</b>	<b>3.351,2</b>	<b>3.321,7</b>	<b>-0,9%</b>

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	9M11	9M12	Var. %
<b>Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição <sup>(1)</sup></b>	<b>340,5</b>	<b>396,5</b>	<b>16,4%</b>
<b>Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)</b>	<b>3.691,7</b>	<b>3.718,3</b>	<b>0,7%</b>

<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>(1)</sup> A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

<sup>(2)</sup> Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado.

No acumulado de janeiro a setembro de 2012, a Elektro forneceu 8.879 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 1,0%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O destaque deste período foi o desempenho da classe industrial, com decréscimo de 11,5%, em razão principalmente da migração de clientes cativos para o mercado livre, e do reflexo do fraco desempenho da Produção Industrial, com decréscimo de 3,4% no acumulado até agosto deste ano, segundo o IBGE. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, esta classe apresentou crescimento no consumo de 1,1% nos nove primeiros meses de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

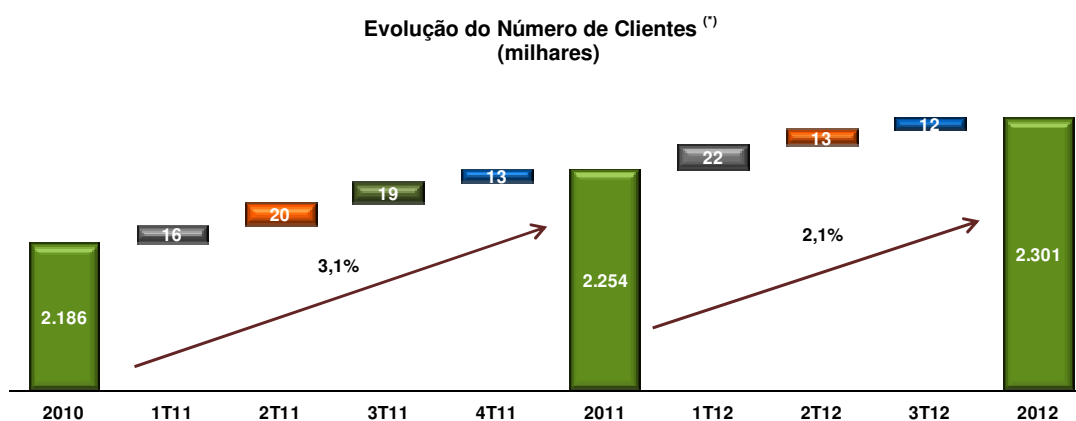
As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 2,7% e 10,5%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho destas classes está fortemente impactado pela regularização do código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), em cumprimento à Resolução 414/10 da Aneel, que resultou na migração de clientes da classe residencial para a comercial. Expurgando esta migração entre classes, o crescimento da classe residencial passa a ser de 3,9% e da classe comercial de 6,3%.

A classe rural apresentou crescimento no consumo de apenas 0,7% entre janeiro e setembro de 2012, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O alto índice pluviométrico verificado no mês de junho deste ano, e conseqüente redução do consumo em função da menor necessidade de irrigação, afetou negativamente o consumo dos meses de julho e agosto, resultando no baixo desempenho da classe.

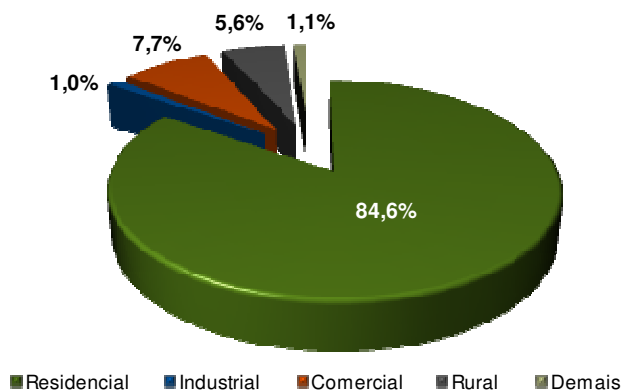
Na área de concessão, o crescimento do mercado da Elektro foi de 2,7% no acumulado até setembro de 2012, em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que o mercado cativo apresentou redução no consumo de 1% e os clientes livres crescimento de 15,9%. Cabe ressaltar que o expressivo crescimento do consumo dos clientes livres foi impactado pela migração de clientes do mercado cativo para o livre, o que significa menores custos de contratação de energia para esses clientes, resultando no crescimento da demanda dos clientes livres de 11,2% quando comparado ao mesmo período de 2011. Em setembro de 2011, a Elektro possuía 66 clientes livres, frente a 100 clientes em setembro deste ano.

A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição apresentou incremento de 0,7% no acumulado até setembro de 2012 sobre igual período do ano anterior. O montante apurado entre janeiro e setembro foi de R\$ 3.718 milhões contra R\$ 3.692 milhões em 2011.

Em setembro deste ano foram atendidos 2.301 mil clientes, um crescimento de 2,7%, ou um acréscimo de 59,7 mil novos clientes, quando comparado ao mês de setembro de 2011, decorrente do crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do aumento do número de domicílios ligados à rede elétrica.



Segmentação dos Clientes <sup>(\*)</sup>  
(Total: 2.301 mil)

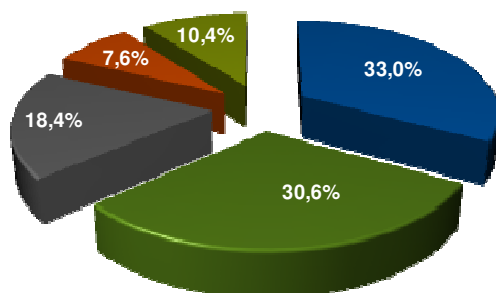


<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

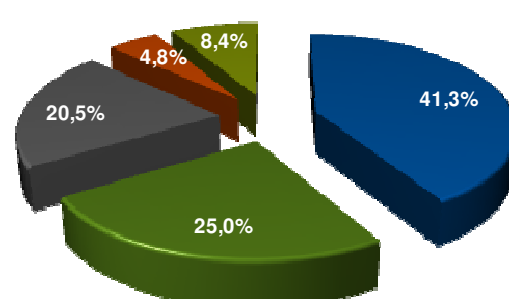
## 6.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo dos nove primeiros meses de 2012:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais  
(8.879 GWh) <sup>(\*)</sup>



Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais  
(R\$ 3.322 milhões)



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais <sup>1</sup>

<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

<sup>1</sup> Inclui receita não faturada a clientes finais.

## 6.3. Contratos de Compra de Energia

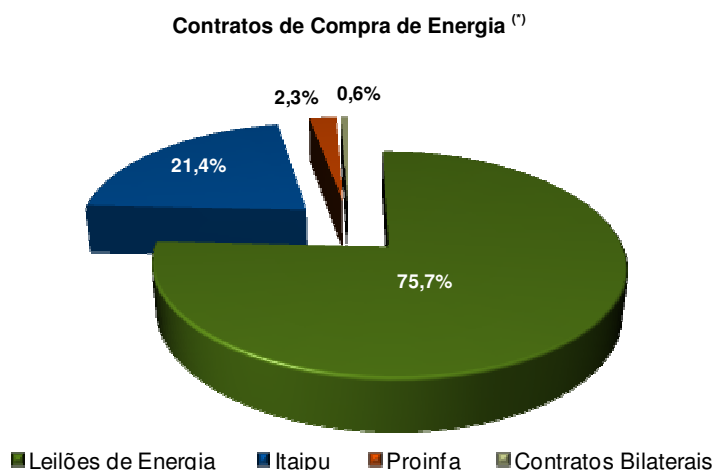
Entre janeiro e setembro de 2012, 75,7% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 21,4% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,3% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e 0,6% decorreram de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação e contratou suas necessidades de energia para 2012.

A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para

atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir deste ano, conforme previsto na legislação vigente, ou através de quotas estabelecidas na Medida Provisória nº 579/12 e Decreto nº 7805/12 recentemente publicados.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro para os primeiros nove meses de 2012:



<sup>(1)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes

## 7. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	9M12	9M11	△ R\$	△ %
			9M12 / 9M11	9M12 / 9M11
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>4.003,8</b>	<b>3.978,1</b>	<b>25,6</b>	<b>0,6%</b>
Venda de Energia Clientes Finais	3.321,7	3.351,2	(29,5)	-0,9%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	396,5	340,5	56,0	16,4%
Receita de construção	193,6	221,9	(28,3)	-12,8%
Outras Receitas	91,9	64,4	27,4	42,7%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.365,6)	(1.315,5)	(50,1)	3,8%
<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>2.638,1</b>	<b>2.662,6</b>	<b>(24,5)</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(1.769,3)</b>	<b>(1.635,9)</b>	<b>(133,4)</b>	<b>8,2%</b>
Energia Comprada para Revenda	(1.433,3)	(1.264,0)	(169,3)	13,4%
Gastos Operacionais	(336,0)	(371,8)	35,8	-9,6%
<b>Custo de Construção</b>	<b>(193,6)</b>	<b>(221,9)</b>	<b>28,3</b>	<b>-12,8%</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(144,0)</b>	<b>(159,6)</b>	<b>15,7</b>	<b>-9,8%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>531,2</b>	<b>645,2</b>	<b>(113,9)</b>	<b>-17,7%</b>
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>635,6</b>	<b>763,7</b>	<b>(128,1)</b>	<b>-16,8%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(46,2)</b>	<b>(42,8)</b>	<b>(3,4)</b>	<b>7,9%</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>317,7</b>	<b>397,1</b>	<b>(79,4)</b>	<b>-20,0%</b>

<sup>1</sup> O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

De janeiro a setembro de 2012, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões, com incremento de 0,6%, quando comparada ao mesmo período de 2011.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,6 bilhões, registrando retração de 0,9% em relação aos nove primeiros meses de 2011. A variação observada deve-se principalmente a:

- (i) contabilização das receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como Obrigações Especiais a partir do 3º ciclo de revisão tarifária da Companhia, ou seja, desde 27 de agosto de 2011, de acordo com a Resolução Normativa nº 463/11, no valor de R\$ 16,4 milhões para janeiro a setembro de 2012, o que não ocorreu no mesmo período de 2011;
- (ii) aumento na Dedução às Receitas Operacionais (3,8%), relativo principalmente à elevação de encargos setoriais (R\$ 42,1 milhões);
- (iii) redução de R\$ 28,3 milhões referente à Receita de Construção<sup>1</sup> (12,8%), devido ao menor volume de Investimentos nos nove primeiros meses de 2012 em relação a 2011;
- (iv) redução de 11,5% no consumo de clientes cativos da classe industrial, reflexo do fraco desempenho da Produção Industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre;
- (v) redução nas tarifas praticadas a partir de 27 de agosto de 2012, como efeito da combinação do resultado da Revisão Tarifária de 2011 (postergada para 2012, com efeitos retroativos a 2011) com o resultado do Reajuste Tarifário de 2012, com efeito médio percebido pelo consumidor de -3,05%;
- (vi) os efeitos acima foram parcialmente compensados pelo incremento de R\$ 56,0 milhões na Receita pelo uso do Sistema de Distribuição (16,4% em relação ao mesmo período do ano anterior), principalmente em decorrência da expressiva migração de clientes da classe industrial do mercado cativo para o mercado livre.

O custo da energia comprada para revenda<sup>2</sup> cresceu 13,4% em comparação a 2011, devido ao incremento da tarifa média de energia decorrente dos reajustes dos contratos de compra, ao início do suprimento dos contratos decorrentes do 5º e 8º leilão de energia nova, aumento da cotação do dólar da energia comprada de Itaipu, aumento do despacho de usinas térmicas dos contratos de energia nova por disponibilidade, incremento do valor do encargo de energia proveniente do Proinfa determinado pela Aneel e preço elevado do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no mercado spot. Até setembro de 2012, os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$ 336,0 milhões e R\$ 144,0 milhões, respectivamente, registrando redução de 9,6% e 9,8% em relação aos primeiros nove meses de 2011.

O resultado do serviço foi de R\$ 531,2 milhões, com redução de 17,7% sobre o resultado de 30 de setembro de 2011 (R\$ 645,2 milhões), decorrente principalmente do efeito do aumento dos encargos setoriais (R\$ 42,1 milhões) e do custo da energia comprada (R\$ 169,3 milhões), parcialmente compensados pelo aumento da receita operacional bruta (R\$ 25,6 milhões) e redução nas despesas e custos operacionais (R\$ 51,5 milhões).

O EBITDA encerrou o período em R\$ 635,6 milhões, com redução de 16,8% em relação a 2011 (R\$ 763,7 milhões), conforme principais variações no resultado do serviço descritas acima.

O Resultado Financeiro acumulado em setembro de 2012 foi uma despesa líquida de R\$ 46,2 milhões, apresentando crescimento de 7,9% sobre a despesa financeira líquida auferida no mesmo período de 2011, de R\$ 42,8 milhões. A variação observada ocorreu principalmente:

- (i) pela menor receita de aplicações financeiras, devido principalmente à redução da taxa de CDI (R\$ 8,4 milhões),
- (ii) incremento nas despesas relativas a pagamentos e provisões para processos judiciais tributários e regulatórios (R\$ 12,0 milhões),

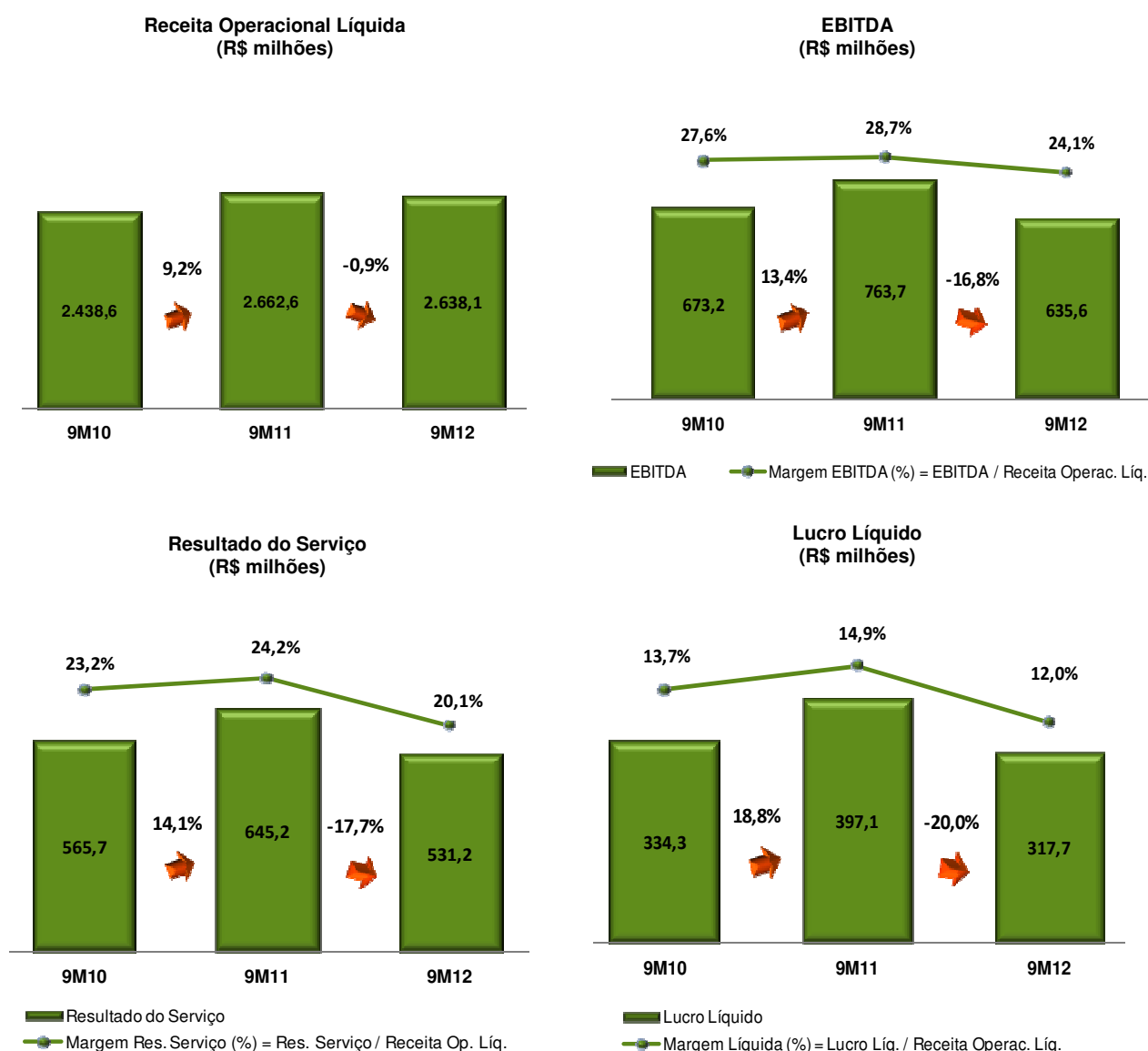
<sup>1</sup> As variações na Receita de Construção não afetam o Resultado da Companhia, pois são uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que, no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil, não é permitida a aplicação de margem na prestação deste serviço, uma vez que este não faz parte da atividade fim da empresa, que é a distribuição de energia elétrica (maiores detalhes vide nota explicativa nº 14.3).

<sup>2</sup> De acordo com a legislação vigente, os custos de compra de energia são totalmente repassáveis às tarifas por intermédio das revisões e reajustes tarifários, respeitando os limites de contratação estabelecidos em lei, que estão entre 100% e 103% da carga cativa. O gerenciamento eficiente da compra de energia da Elektro tem possibilitado o repasse integral à tarifa, sendo que o percentual atual entre volume contratado de energia e carga cativa é de 100,3% para 2012, considerando o realizado até o 3º trimestre do ano.

- (iii) maior variação monetária e cambial dos pagamentos de compra de energia de Itaipu atrelados ao dólar norte-americano (R\$ 1,4 milhões)<sup>3</sup>, e
- (iv) os efeitos acima foram parcialmente compensados pelas menores despesas com juros de empréstimos com terceiros e debêntures e variações monetárias (no total de R\$ 16,1 milhões), devido à redução dos principais indexadores das dívidas da Companhia (CDI, IPCA e TJLP) e captações com condições mais atrativas.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 317,7 milhões de janeiro a setembro de 2012, com redução de 20,0% quando comparado ao resultado de R\$ 397,1 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, nos nove meses de 2012 comparados ao mesmo período de 2011 e 2010.



## 7.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

<sup>3</sup> Esta variação monetária e cambial possui um hedge natural pela recomposição na tarifa quando dos reajustes tarifários.

Em 23 de janeiro de 2012, ocorreu o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71,6 milhões, referente ao exercício de 2011, aprovado em reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 10 de novembro e 23 de dezembro de 2011.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134,7 milhões, referente ao exercício de 2011 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 203,5 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2012. O pagamento dos dividendos intermediários será efetuado em três parcelas iguais de R\$ 67,8 milhões cada. O primeiro pagamento ocorreu em 24 de agosto de 2012. As duas parcelas restantes serão pagas nos dias 26 de outubro e 21 de dezembro de 2012.

## 8. ESTRUTURA DE CAPITAL

30/09/2012	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
<b>Empréstimos com Terceiros</b>				
Debêntures	4,8	959,8	964,6	59,1%
BNDES Finem / Finame	7,7	114,1	121,9	7,5%
Eletrobrás	12,2	93,2	105,436	6,5%
Finep	11,7	37,4	49,2	3,0%
Linha 4131	373,7	-	373,7	22,9%
Arrendamento mercantil	4,8	11,5	16,3	1,0%
<b>Total da Dívida</b>	<b>414,9</b>	<b>1.216,1</b>	<b>1.631,1</b>	<b>100,0%</b>
<b>Perfil da Dívida</b>	<b>25%</b>	<b>75%</b>	<b>100%</b>	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos <sup>(1)</sup>			<b>(630,5)</b>	
<b>Endividamento Líquido</b>			<b>1.000,6</b>	

<sup>(1)</sup> Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou os primeiros nove meses de 2012 com endividamento líquido de R\$ 1,0 bilhão, resultado do endividamento total de R\$ 1.631,1 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 630,5 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 75% do total do endividamento. O endividamento líquido nos nove primeiros meses de 2011 foi de R\$ 889,1 milhões.

Entre janeiro e setembro de 2012, a empresa captou R\$ 75,5 milhões para financiar seu programa de investimentos, através de linhas de financiamento já existentes:

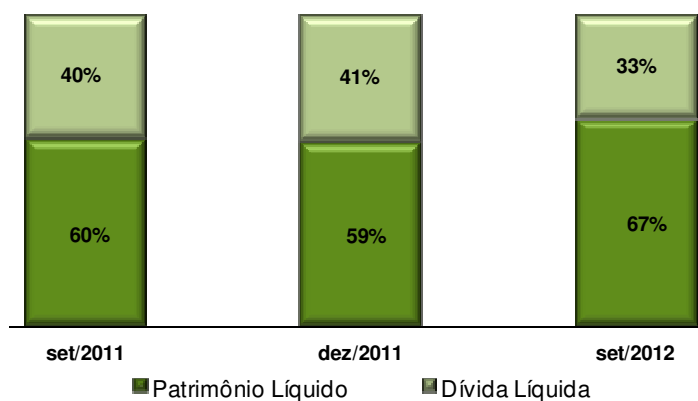
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 54,5 milhões;
- Eletrobrás: R\$ 16,1 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos e;
- FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): R\$ 4,9 milhões para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos.

Em 12 de setembro de 2012, a Elektro efetuou a 6ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 650 milhões, com vencimento em 12 de setembro de 2017, 12 de setembro de 2019 e 12 de setembro de 2022, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 220 milhões, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,74%, a 2ª série, no valor de R\$ 100 milhões, à taxa IPCA acrescida de 5,10% e a 3ª série, no valor de R\$ 330 milhões, à taxa IPCA acrescida de 5,50%.

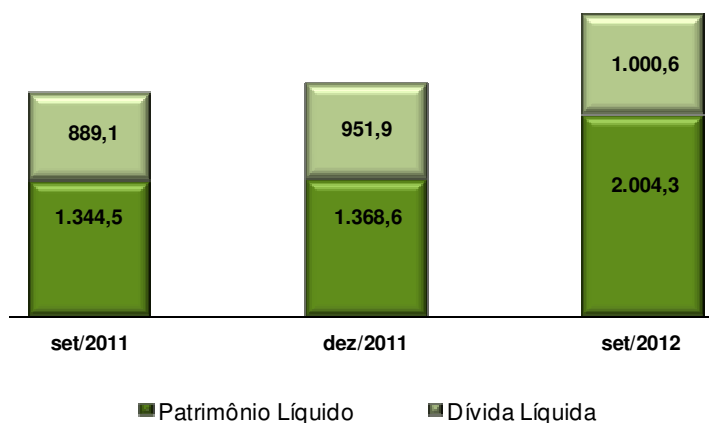
Os recursos provenientes das debêntures foram utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão da Elektro<sup>4</sup> e para antecipação da necessidade de captação de 2013.

**Estrutura de Capital**  
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



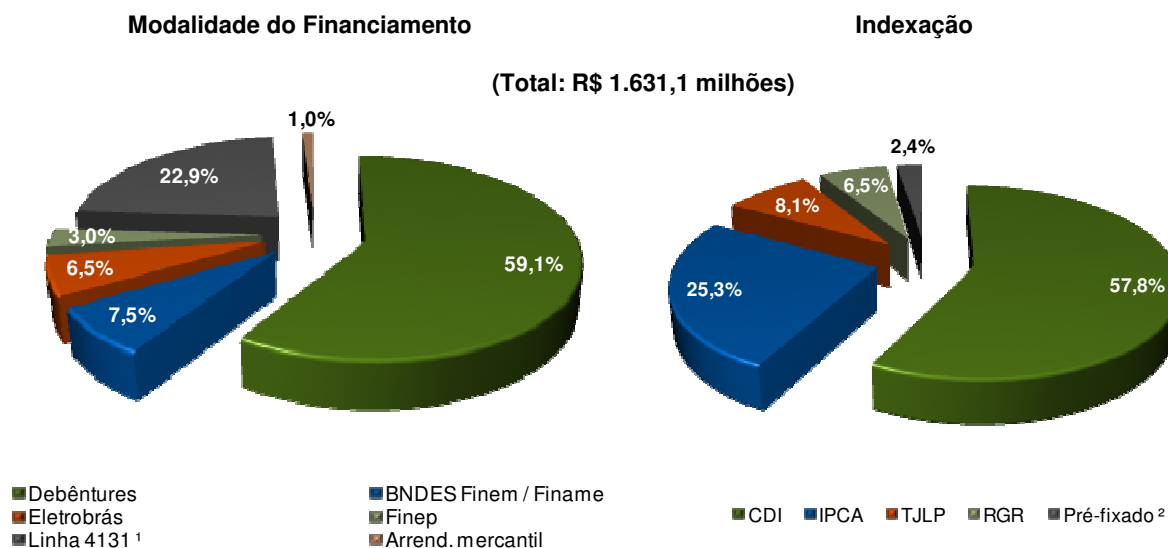
A alteração da Estrutura de Capital no encerramento do terceiro trimestre de 2012, comparativamente a dezembro de 2011 deve-se, principalmente, ao aumento do Patrimônio Líquido decorrente da reestruturação societária que incorporou o ágio da controladora na conta de Reserva de Capital da Companhia.

**Evolução Patrimônio Líquido e Dívida Líquida (R\$ Mil)**



<sup>4</sup> Emitida em 15 de julho de 2010 em duas séries indexadas ao CDI, com remuneração de 1,15% e 1,25%, para os vencimentos de 4 e 5 anos, respectivamente

Em 30 de setembro de 2012, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:



<sup>1</sup> Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de Swap para CDI.

<sup>2</sup> Consideram recursos da FINEP sem indexação.

## 9. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 23 de maio, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também são classificadas em brAAA.

## 10. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

As operações com instrumentos derivativos estão contabilizadas a valor de mercado (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 40 das Informações Trimestrais).

## 11. FLUXO DE CAIXA

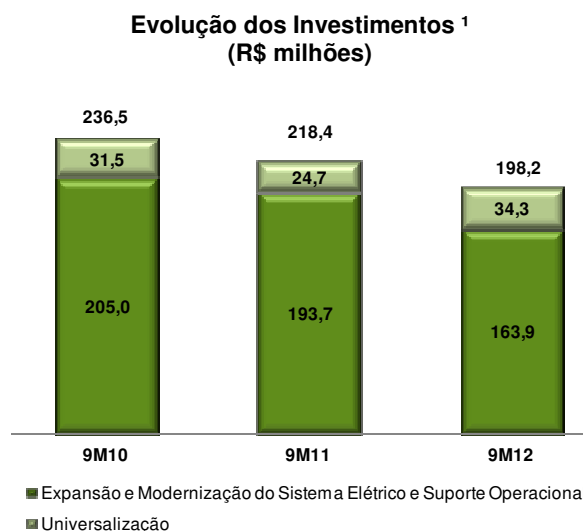
Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	9M12	9M11	9M11 /9M12
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>317,7</b>	<b>397,1</b>	<b>(79,4)</b>
Depreciação e outras amortizações	104,4	118,6	(14,2)
Juros e variação monetária e cambial	85,6	97,3	(11,7)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	21,1	16,9	4,2
Tributos diferidos	45,4	24,2	21,2
Outros	67,1	58,9	8,2
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>323,5</b>	<b>315,8</b>	<b>7,7</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>641,2</b>	<b>712,9</b>	<b>(71,7)</b>
Varição do Capital de Giro Operacional	(250,9)	(175,0)	(75,9)
<b>Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros</b>	<b>390,4</b>	<b>537,9</b>	<b>(147,5)</b>
Adições ao intangível	(193,6)	(221,9)	28,3
Outros	(8,3)	(7,3)	(1,0)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(201,9)</b>	<b>(229,2)</b>	<b>27,3</b>
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(322,7)	(633,4)	310,7
Captação de empréstimos e debêntures	724,1	674,3	49,8
Saldo de Caixa incorporado	18,2	-	18,2
<b>Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos</b>	<b>419,6</b>	<b>40,9</b>	<b>378,7</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(263,4)	(307,7)	44,3
<b>Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos</b>	<b>156,2</b>	<b>(266,8)</b>	<b>423,0</b>
<b>Geração (consumo) Líquido de Caixa</b>	<b>344,7</b>	<b>41,9</b>	<b>302,8</b>
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	285,5	223,4	62,1
<b>Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)</b>	<b>630,2</b>	<b>265,2</b>	<b>365,0</b>

No acumulado até setembro de 2012, a geração líquida de caixa foi de R\$ 344,7 milhões, superior em R\$ 302,8 milhões ao mesmo período do ano anterior. As principais justificativas são:

- Menor geração operacional de caixa (R\$ 147,5 milhões), em virtude dos menores resultados acumulados de 2012 em relação a 2011 (vide detalhe no item 7) associados ao maior recebimento em 2011 no montante de R\$ 40,0 milhões das parcelas do acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP com quitação dos débitos existentes e maior variação na conta de consumidores, parcelamento de débitos e suprimentos (R\$ 45,3 milhões).
- O efeito da menor geração operacional de caixa foi compensado pela maior geração de caixa nas atividades de financiamento após o pagamento de dividendos, superior em R\$ 423,0 milhões a 2011, principalmente devido a:
  - (i) maior captação em 2012, principalmente através da 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 650,0 milhões, recurso utilizado no resgate antecipado da 4ª emissão no montante de R\$ 300,0 milhões e na antecipação da necessidade de captação de 2013. Outras captações em 2012 somaram R\$ 74,1 milhões. Em 2011 a captação de debêntures e de linhas de financiamento de longo prazo havia alcançado o valor de R\$ 674,3 milhões, utilizados principalmente para pagamento antecipado dos financiamentos da Companhia junto ao BNDES (R\$ 311,6 milhões), da liquidação da 2ª Emissão de Debêntures (R\$ 203,8 milhões), e da amortização da linha de financiamento de curto prazo denominada em moeda estrangeira (R\$ 100,0 milhões). Outras amortizações em 2011 somaram R\$ 18,0 milhões;
  - (ii) incorporação do saldo de Caixa da EPC após reestruturação societária;
  - (iii) menor montante de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos.
- Redução de R\$ 27,3 milhões no consumo de caixa nas Atividades de Investimento, basicamente devido a investimentos não recorrentes realizados em 2011, referentes à implantação do Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia e atendimento às Resoluções 414/10 e 367/09 da Aneel.

## 12. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Entre janeiro e setembro de 2012, a Elektro investiu R\$ 207,8 milhões, dos quais R\$ 9,6 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes.



<sup>1</sup> Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- R\$ 163,9 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
  - (i) R\$ 53,5 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico,
  - (ii) R\$ 16,5 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas,
  - (iii) R\$ 83,6 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e
  - (iv) R\$ 10,3 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota.
  
- R\$ 34,3 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
  - (i) R\$ 7,2 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 583 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
  - (ii) R\$ 27,1 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

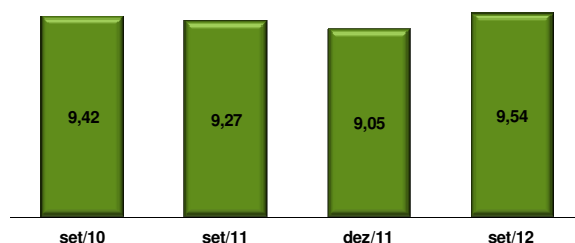
As variações dos investimentos realizados nos primeiros nove meses de 2012 em comparação com o mesmo período de 2010 e 2011 se devem, principalmente, a investimentos não recorrentes nos períodos anteriores, tais como investimentos relativos ao projeto Novas Tecnologias em 2010, e investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura para atendimento à Resolução 414 (Aneel), que estabeleceu a abertura de novas agências de atendimento presencial, e aos projetos de Primarização de Leitura e Entrega Simultânea e Demandas Legais (Resolução 367 e IFRS) em 2011.

## 13. DESEMPENHO OPERACIONAL

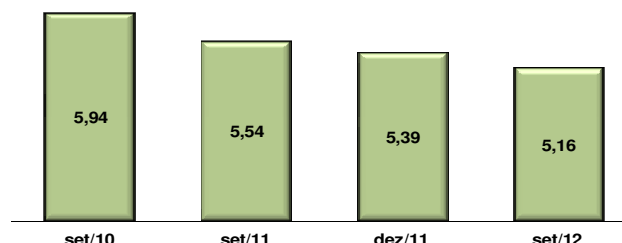
O indicador DEC anualizado em setembro de 2012 apresentou incremento em relação ao mesmo período de 2010 e 2011, afetado pelas situações atípicas ocorridas em 2012, notadamente o outono mais chuvoso dos últimos 23 anos e a tempestade ocorrida nos últimos dias de setembro, que afetou principalmente as regiões Oeste e Sul do Estado de São Paulo, causando grande impacto sobre os sistemas de distribuição de energia elétrica.

Apesar das condições atmosféricas atípicas relatadas acima, o indicador FEC anualizado em setembro de 2012 apresenta melhora em relação ao mesmo período de 2010 e 2011, bem como em relação ao indicador anualizado em dezembro de 2011, indicando que os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva e preditiva, utilização de novas tecnologias e componentes de rede, que aprimoraram a robustez do sistema, garantiram melhor confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

**DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) <sup>(\*)</sup>**



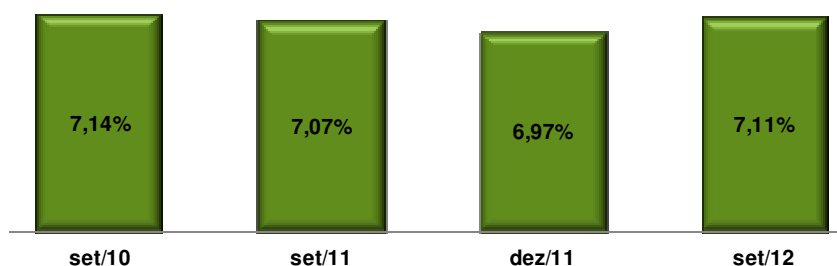
**FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) <sup>(\*)</sup>**



Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerados, Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2010 seriam 14,80 e 7,63, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2011 seriam 12,96 e 6,79, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2011 seriam 12,23 e 6,46, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/09/2012 seriam 11,43 e 5,88, respectivamente.

<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

**Perdas de Energia <sup>(\*)</sup>**



Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses.

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

<sup>(\*)</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota: Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de setembro de 2012 ser posterior à divulgação deste ITR, os dados apresentados são estimados.

Para setembro de 2012, as perdas globais apresentaram elevação quando comparadas a dezembro de 2011 e comportamento praticamente estável em relação ao mesmo período dos anos de 2010 e 2011, registrando o índice de 7,11%, em função principalmente do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão.

## 14. RECONHECIMENTO

### **Melhor Empresa para Você Trabalhar do Ano pelo Guia Você S/A Exame**

A Elektro foi eleita em 5 de setembro a Melhor Empresa do Ano pelo Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2012, uma das maiores e mais tradicionais pesquisas de clima organizacional do país, elaborada em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo. Alcançando um Índice de Felicidade no Trabalho (IFT) de 92,5%, a Companhia recebeu a premiação máxima entre mais de 500 empresas participantes, o que demonstra que uma cultura voltada para a humanização das relações de trabalho, a valorização dos colaboradores e o zelo pela qualidade do ambiente organizacional propicia o reconhecimento e a admiração pelo setor de energia elétrica, clientes, acionistas, fornecedores, comunidade e, principalmente, pelos próprios colaboradores. Além da premiação principal, a Elektro recebeu também o reconhecimento de Melhor Empresa para Trabalhar do Setor de Energia.

### **Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País para trabalhar**

Pelo segundo ano consecutivo, a Elektro está entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, segundo o ranking da Revista Época / Great Place to Work. Em 2011, a Companhia ocupou a 19ª colocação, com 92% de satisfação e, este ano, em evento ocorrido no dia 13 de agosto, recebeu a premiação da 5ª colocação, com 93% de satisfação na Pesquisa de Clima. Para conquistar esta inédita classificação, os colaboradores responderam, de forma voluntária, sigilosa e anônima, a um questionário sobre clima corporativo e foi elaborado um relatório, denominado *Culture Audit*, com o objetivo de detalhar as melhores práticas e benefícios do ambiente de trabalho Elektro. Neste ano mais de 1.000 empresas participaram da pesquisa, o que realça o valor deste prêmio.

### **Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, Melhor Gestão Operacional e Avaliação pelo Cliente**

Em 04 de julho de 2012, a Elektro foi premiada pela sexta vez (2004, 2005, 2007, 2010, 2011 e 2012) como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), entre as empresas com mais de 500 mil clientes. Além do prêmio Nacional e da região Sudeste, a Elektro também foi premiada nas seguintes categorias: Melhor Gestão Operacional (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012) e Avaliação pelo Cliente (2007, 2012).

Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. A avaliação da Gestão Operacional, na qual a empresa se destacou pela oitava vez, considera itens como continuidade do fornecimento, segurança (de colaboradores, parceiros e da população) qualidade do faturamento, inadimplência e perdas de energia. A Avaliação pelo Cliente, por sua vez, é apurada através da Pesquisa Abradee de Satisfação do Cliente Residencial Urbano, realizada no mês de março de cada ano. A premiação da Melhor Distribuidora do País considera, além destes fatores, a Evolução do Desempenho, Gestão Econômico Financeira, Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social.

### **XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente**

No dia 12 de abril de 2012 a Elektro conquistou o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. O Prêmio reconhece as empresas que possuem a melhor estratégia de relacionamento com o cliente em todos os pontos de contato e que buscam a excelência como diferencial competitivo na prestação de seus serviços. Para ser premiada, a Elektro passou por uma minuciosa análise de suas estratégias e teve os seus canais de atendimento (telefone, *web*, *chat*, *e-mail*) avaliados. Esta é a 6ª vez que a Elektro conquista este importante reconhecimento.

### **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida**

No dia 13 de março, a Elektro foi reconhecida no PNQV® - Prêmio Nacional de Qualidade de Vida ciclo 2011, da ABQV, Associação Brasileira de Qualidade de Vida. Isso demonstra as Boas Práticas

e a Excelência na Gestão do Programa de Qualidade de Vida da Elektro, que vem obtendo êxito na melhoria do bem-estar e da saúde dos colaboradores.

Mais informações sobre a Elektro no site [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br)

**Relações com Investidores**

☎ (19) 2122-1487

✉ [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br)

**Balancos patrimoniais**  
**em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011**  
**(em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.381.530</b>	<b>994.346</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	630.177	285.488
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	715.779	647.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(49.354)	(42.867)
Energia livre	9	-	299
TUSD-G	10	-	1.478
Tributos a compensar	11	33.424	53.592
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	13.549	9.983
Almoxarifado		9.449	10.021
Outros créditos		28.506	28.621
<b>Não circulante</b>		<b>3.144.980</b>	<b>2.424.469</b>
Parcelamentos de débitos e supridores	7	38.726	40.785
TUSD-G	10	33.975	32.138
Tributos a compensar	11	47.516	26.919
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	11.155	12.746
Depósitos judiciais	13	74.137	58.503
Tributos diferidos	37	840.111	157.302
Outros créditos		3.289	3.532
Ativo indenizável (concessão)	14.1	441.979	351.773
Propriedades para investimento	15	4.254	4.254
Imobilizado	16	15.825	20.492
Ativo Intangível	14.2	1.634.013	1.716.025
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.526.510</b>	<b>3.418.815</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Balancos patrimoniais**  
**em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011**  
**(em milhares de reais)**

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.078.590</b>	<b>698.790</b>
Fornecedores e supridores de energia elétrica	17	302.647	307.516
Empréstimos e financiamentos	18	405.612	30.553
Debêntures	19	4.764	27.378
Arrendamento mercantil	20	4.819	4.860
Tributos a recolher	21	108.194	123.745
Encargos do consumidor	22	28.372	35.042
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	135.686	60.893
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24	43.917	45.955
Energia livre	9	6.178	7.187
Obrigações P&D e eficiência energética	25	8.027	14.233
Plano especial de aposentadoria	26.2	1.400	2.031
Outros passivos		28.974	39.397
<b>Não circulante</b>		<b>1.443.662</b>	<b>1.351.381</b>
Empréstimos e financiamentos	18	244.574	556.062
Debêntures	19	959.809	602.356
Arrendamento mercantil	20	11.492	16.506
Obrigações P&D e eficiência energética	25	31.337	25.478
Plano especial de aposentadoria	26.2	9.802	11.469
Provisão para ações judiciais e regulatórias	27.1	182.555	137.864
Outros passivos		4.093	1.646
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.004.258</b>	<b>1.368.644</b>
Capital social		952.492	952.492
Reserva de capital		765.882	50.539
Pagamentos baseados em ações	29	4.667	3.072
Reservas de lucros		171.422	171.422
Outros resultados abrangentes		6.147	56.410
Lucros acumulados		103.648	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	134.709
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.526.510</b>	<b>3.418.815</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração de resultados**  
**para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012 e de 2011 e 1º de julho a 30 de**  
**setembro de 2012 e de 2011**  
**(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	Notas	30/09/2012	30/09/2011	3º Trimestre 2012	3º Trimestre 2011
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	30	<b>2.638.137</b>	<b>2.662.589</b>	<b>895.190</b>	<b>893.522</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(1.769.331)</b>	<b>(1.635.883)</b>	<b>(604.532)</b>	<b>(555.019)</b>
Energia comprada para revenda	31	(1.433.311)	(1.264.042)	(502.852)	(428.110)
Gastos com pessoal	32	(129.028)	(141.197)	(43.583)	(48.052)
Gastos com materiais	33	(23.517)	(22.134)	(7.653)	(6.790)
Gastos com serviços de terceiros	34	(53.215)	(40.704)	(15.338)	(16.194)
Depreciação		(4.435)	(3.888)	(1.331)	(1.341)
Amortização de ativo intangível		(99.927)	(114.670)	(31.381)	(38.922)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(27.205)	(50.597)	(2.803)	(16.064)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		1.307	1.349	409	454
Custo de construção	14.3	(193.619)	(221.933)	(71.535)	(66.541)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>675.187</b>	<b>804.773</b>	<b>219.123</b>	<b>271.962</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(143.953)</b>	<b>(159.620)</b>	<b>(53.917)</b>	<b>(54.182)</b>
Despesas com vendas	32,33 e 34	(11.948)	(22.747)	(4.743)	(6.229)
Despesas gerais e administrativas	32,33 e 34	(42.389)	(53.517)	(14.693)	(17.984)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(89.616)	(83.356)	(34.481)	(29.969)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>531.234</b>	<b>645.153</b>	<b>165.206</b>	<b>217.780</b>
<b>Resultado financeiro</b>	36	<b>(46.202)</b>	<b>(42.808)</b>	<b>(17.043)</b>	<b>(20.599)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>485.032</b>	<b>602.345</b>	<b>148.163</b>	<b>197.181</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	37	(167.300)	(205.236)	(52.075)	(66.606)
<b>Lucro líquido do Período</b>		<b>317.732</b>	<b>397.109</b>	<b>96.088</b>	<b>130.575</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em reais):</b>					
Preferencial		1,71	2,14	0,52	0,70
Ordinária		1,56	1,95	0,47	0,64

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações do resultado abrangente  
para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012 e de 2011 e 1º de julho a 30 de  
setembro de 2012 e de 2011  
(em milhares de reais)**

	Notas	3º Trimestre 2012	Acumulado set 2012	3º Trimestre 2011	Acumulado set 2011
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>96.088</b>	<b>317.732</b>	<b>130.575</b>	<b>397.109</b>
<b>Outros resultados abrangentes do período</b>		<b>2.304</b>	<b>(60.829)</b>	<b>(1.358)</b>	<b>(1.839)</b>
Ganho (perda) na marcação a mercado do ativo indenizável ICPC01 - Contratos de concessão	14.1	8.828	(76.158)	3.307	12.864
Tributo diferido sobre a marcação a mercado	37	(3.002)	25.895	(1.123)	(4.373)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	26.1	(5.336)	(16.009)	(5.365)	(15.650)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	37	1.814	5.443	1.823	5.320
<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>98.392</b>	<b>256.903</b>	<b>129.217</b>	<b>395.270</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.



**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011**

(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>4.333</b>	<b>146.800</b>	-	<b>168.037</b>	<b>45.866</b>	<b>1.368.067</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	492.436	-	-	492.436
Outros resultados abrangentes:								
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>952.492</b>	<b>50.539</b>	<b>3.072</b>	<b>171.422</b>	-	<b>134.709</b>	<b>56.410</b>	<b>1.368.644</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	317.732	-	-	317.732
Outros resultados abrangentes:								
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido	-	-	-	-	-	-	(50.263)	(50.263)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	(10.566)	(10.566)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(10.566)	-	10.566	-
Ágio incorporado controladora (vide nota 3)	-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC (vide nota 3)	-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.595	-	-	-	-	1.595
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos propostos e pagos parcialmente	-	-	-	-	(203.518)	-	-	(203.518)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>4.667</b>	<b>171.422</b>	<b>103.648</b>	-	<b>6.147</b>	<b>2.004.258</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012 e de 2011 e**  
**1º janeiro a 30 de setembro de 2012 e de 2011**  
**(em milhares de reais)**

	3º Trimestre 2012	30/09/2012	3º Trimestre 2011	30/09/2011
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>96.087</b>	<b>317.732</b>	<b>130.575</b>	<b>397.109</b>
<b>Itens do lucro que não afetam caixa</b>	<b>136.149</b>	<b>323.501</b>	<b>119.917</b>	<b>315.791</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.053	34.086	6.706	22.121
Juros e variações monetárias e cambial	26.439	85.564	37.740	97.257
Depreciação e amortização	32.711	104.362	40.263	118.558
Perda na baixa de ativos imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	11.113	17.933	15.535	18.411
Plano de pensão	(5.336)	(16.009)	(5.365)	(15.650)
Plano especial de aposentadoria	1.150	3.034	5	12
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(561)	21.071	3.670	16.893
Tributos diferidos	48.000	45.408	10.942	24.157
Obrigações P&D e eficiência energética	9.213	26.457	10.421	30.900
Pagamentos baseados em opções de ações	367	1.595	-	3.132
<b>Variações no ativo e passivo operacional</b>	<b>(112.053)</b>	<b>(250.854)</b>	<b>(63.626)</b>	<b>(174.958)</b>
Consumidores, parcelamento de débitos e fornecedores	(58.291)	(93.588)	(34.796)	(48.337)
Almoxarifado - ativo circulante	397	572	(1.330)	(835)
Tributos a compensar	9.596	(39)	9.249	5.411
Ativos acordo TUSD-G	26	1.488	14.228	41.507
Outros créditos	(1.154)	16.014	(4.450)	191
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(43.204)	(96.622)	(50.655)	(88.710)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	6.405	(11.539)	18.043	(6.975)
Tributos a recolher	21.754	142.245	47.754	155.935
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.249)	(157.796)	(40.971)	(176.710)
Passivos acordo TUSD-G	-	-	(4.526)	(13.202)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(2.695)	(5.364)	(792)	(1.795)
Plano especial de aposentadoria	(624)	(5.660)	5.692	4.449
Programa de P&D e eficiência energética	(13.316)	(29.121)	(10.832)	(32.835)
Outros passivos	4.302	(11.444)	(10.240)	(13.052)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>120.183</b>	<b>390.379</b>	<b>186.866</b>	<b>537.942</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(53.237)</b>	<b>(201.899)</b>	<b>(59.948)</b>	<b>(229.229)</b>
Adições ao intangível e ao ativo indenizável	(71.535)	(193.619)	(66.523)	(221.932)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível e ativo indenizável	(4.405)	(8.344)	(9.585)	(3.428)
Caução de fundos e depósitos vinculados	22.703	64	16.160	(3.869)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>285.911</b>	<b>156.209</b>	<b>(262.203)</b>	<b>(266.830)</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(67.839)	(263.434)	(252.663)	(307.720)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(305.937)	(317.493)	(308.196)	(629.241)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(1.813)	(5.240)	(718)	(4.206)
Captação de empréstimos	12.840	75.481	271	375.234
Captação de debêntures	648.660	648.660	299.103	299.103
Saldo de caixa incorporado	-	18.235	-	-
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>352.857</b>	<b>344.689</b>	<b>(135.285)</b>	<b>41.883</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	277.320	285.488	400.525	223.357
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	630.177	630.177	265.240	265.240
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>352.857</b>	<b>344.689</b>	<b>(135.285)</b>	<b>41.883</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado**  
**para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2012 e de 2011 e**  
**1º de julho a 30 de setembro de 2012 e de 2011**  
**(em milhares de reais)**

	<b>Notas</b>	<b>3º Trimestre 2012</b>	<b>30/09/2012</b>	<b>3º Trimestre 2011</b>	<b>30/09/2011</b>
<b>Receitas</b>		<b>1.314.484</b>	<b>3.980.917</b>	<b>1.331.679</b>	<b>3.965.208</b>
Vendas de energia e serviços	30	1.252.013	3.810.154	1.267.705	3.756.200
Receita de construção	30	71.535	193.619	66.541	221.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	35	(10.124)	(26.199)	(4.589)	(16.580)
Outras receitas		1.060	3.343	2.022	3.655
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(691.205)</b>	<b>(1.983.482)</b>	<b>(624.421)</b>	<b>(1.861.112)</b>
Energia comprada bruta	31	(554.099)	(1.579.195)	(471.789)	(1.392.924)
Materiais	33	(7.828)	(24.070)	(7.440)	(24.622)
Serviço de terceiros	34	(24.526)	(78.352)	(29.564)	(83.950)
Custo de construção		(71.535)	(193.619)	(66.541)	(221.933)
Outros custos operacionais		(33.217)	(108.246)	(49.087)	(137.683)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>623.279</b>	<b>1.997.435</b>	<b>707.258</b>	<b>2.104.096</b>
Depreciação e amortização		(32.711)	(104.362)	(40.263)	(118.558)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>590.568</b>	<b>1.893.073</b>	<b>666.995</b>	<b>1.985.538</b>
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	36	30.035	75.575	25.272	82.551
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>620.603</b>	<b>1.968.648</b>	<b>692.267</b>	<b>2.068.089</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>620.603</b>	<b>1.968.648</b>	<b>692.267</b>	<b>2.068.089</b>
Pessoal		45.485	133.095	48.868	145.732
Impostos, taxas e contribuições		332.447	1.073.376	368.950	1.108.971
Federais		117.286	406.570	153.215	460.899
Estaduais		215.078	666.582	215.681	647.884
Municipais		83	224	54	188
Encargos do consumidor e outros		99.541	323.050	98.189	291.339
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		47.043	121.395	45.685	124.938
Dividendos propostos		203.518	203.518	253.883	253.883
Lucros retidos		(107.431)	114.214	(123.308)	143.226

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2012**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, na área de concessão compreendidas por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui cinco aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 16 de agosto de 2011.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

**1.1. Medida Provisória 579/12**

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória Nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, a redução nos encargos de Energia Elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Medida Provisória permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar de antecipar a renovação dos contratos mediante condições específicas estabelecidas na Medida Provisória.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição imposta pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados serão indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplarão apenas os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos e Encargos Setoriais. Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Além disso, os efeitos da prorrogação dos contratos de concessão devem ser antecipados para 2013.

Adicionalmente, a Medida Provisória extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e da RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) a 25% de seu valor original. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas já no início de 2013, a ANEEL realizará Revisões Tarifárias Extraordinárias em fevereiro do próximo ano.

A antecipação das prorrogações daquelas concessões afetadas pela Medida Provisória 579, e a redução dos encargos regulatórios também por ela gerada não causará impactos diretos no resultado da para a Elektro. De um lado, pois o contrato de concessão da Companhia tem vigência até 2028. De outro lado, a Revisão Tarifária Extraordinária implicará apenas em ajuste da Parcela A, não gerando alterações da Parcela B, e, portanto, não afetará o Resultado da Companhia.

Essa Administração está acompanhando o desenrolar dos procedimentos subsequentes à emissão da referida Medida Provisória e, tão logo sejam divulgadas informações adicionais que permitam mensurar eventuais impactos sobre as operações da Sociedade, a Elektro fará a sua divulgação.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Informações Trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstração Intermediária.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 19 de outubro de 2012.

A Sociedade adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011, portanto, essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações. As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 também foram analisados e não trouxeram impactos. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados que tem aplicação obrigatória futura serão analisados oportunamente.

## 3. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 13 de abril de 2012, a Iberdrola Energia do Brasil Ltda., então controladora da Elektro, submeteu à autorização prévia da ANEEL o pedido para reestruturação societária envolvendo a Elektro e suas controladoras EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (EPC) e a própria Iberdrola Energia do Brasil Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração da Elektro, realizada em 14 de maio de 2012, foi aprovado que o processo de reestruturação fosse submetido à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em reunião de Diretoria realizada em 22 de maio de 2012, a ANEEL concedeu anuência através da Resolução Autorizativa nº 3500/12, à transferência do controle societário da Elektro detido por EPC e Iberdrola Energia do Brasil Ltda. para Iberdrola Brasil S.A., mediante as operações em atos contínuos: (i) incorporação reversa da EPC pela Elektro; e (ii) cisão parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., com versão para a Elektro do acervo líquido cindido.

As operações acima foram aprovadas pelo BNDES em 23 de maio de 2012 e pelos acionistas em 30 de maio de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária.

Esta reestruturação fez parte de uma reorganização societária do Grupo Iberdrola, para permitir a segregação dos diferentes ramos de atividades desenvolvidas pelas sociedades que o compõem, em linha com as diretrizes de governança corporativa que vêm sendo adotadas pelo grupo econômico ao redor do mundo e também teve como objetivo simplificar a estrutura societária, já que, após sua implementação, as ações da Elektro detidas indiretamente pelo acionista controlador passaram a ser de titularidade de uma única sociedade holding, a Iberdrola Brasil S.A..

### Composição acionária antes da reestruturação:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516	65,23%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

**Composição acionária após a reestruturação:**

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>101.878.293</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>

**Incorporação Reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.**

O laudo de avaliação do acervo líquido da EPC incorporado pela Elektro foi elaborado a valor contábil em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foi preparado por empresa de avaliação independente com base no balanço da EPC de 30 de abril de 2012. O valor do acervo líquido avaliado no montante de R\$ 1.063.447, está detalhado abaixo:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
Ativo circulante	<b>18.615</b>	Passivo circulante	<b>9</b>
Caixa e equivalentes de caixa	18.235	Outros passivos	9
Tributos a compensar	380		
Ativo não circulante	<b>1.073.825</b>	Passivo não circulante	<b>28.984</b>
Tributos diferidos	7.442	Provisões para riscos fiscais	28.984
Depósitos judiciais	28.823		
Investimentos <sup>(1)</sup>	1.037.545	<b>Total do passivo</b>	<b>28.993</b>
Intangível	15		
		<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>1.063.447</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.092.440</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.092.440</b>

**(1) Montante referente ao Investimento que a EPC detinha na Elektro, o qual foi eliminado no momento da incorporação.**

A incorporação da EPC pela Elektro não acarretou aumento de capital na Incorporada, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., sendo o valor excedente do investimento da EPC na Elektro contabilizado na conta de reserva de capital da Elektro.

Ver detalhes sobre as rubricas incorporadas de "Depósitos judiciais" e "Provisões para riscos fiscais" nas notas 13 e 27.1.

**Cisão Parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. e versão do acervo líquido cindido para Elektro**

O acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. incorporado pela Elektro foi avaliado por empresa de avaliação independente com base em seu valor contábil, calculado sobre o balanço patrimonial da Iberdrola do Brasil Ltda, datado de 30 de abril de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda incorporado na Elektro foi avaliado no montante de R\$ 2.219.895, composto por (i) totalidade do investimento detido no capital social da Elektro, e, (ii) parcela referente ao ágio registrado na Iberdrola Energia do Brasil gerado na aquisição da Elektro e EPC líquidos da provisão de manutenção de integridade do patrimônio líquido (correspondente a 66% do valor do ágio), conforme estipulado pelo art. 6º da Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. A incorporação do acervo líquido cindido não acarretou aumento de capital, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. O acervo líquido incorporado está detalhado abaixo:

<b>Ativo</b>	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.219.895</b>
Investimentos <sup>(2)</sup>	1.530.455
Ágio líquido Elektro e EPC	689.440
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>2.219.895</b>

(2) Montante referente ao Investimento que a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. detinha na Elektro e EPC, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

O benefício fiscal oriundo do ágio foi registrado na conta de Tributos diferidos em contrapartida à conta de reserva de capital constante do patrimônio líquido da Elektro ainda de acordo com a Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. Tal benefício será amortizado linearmente até o final da concessão (agosto de 2028), de acordo com a anuência da ANEEL, concedida através da Resolução Autorizativa Nº 3.500 de 22 de maio de 2012.

O benefício fiscal proveniente do ágio registrado está baseado na expectativa de rentabilidade futura e foi fundamentado em laudo de avaliação de empresa especializada, a qual utilizou o critério do fluxo de caixa descontado.

#### **4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA**

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data definida no contrato de concessão alteração de suas tarifas. Em agosto de 2011, ocorreria a Terceira Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia, oficializada através da Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011. As tarifas da Elektro, que haviam sido homologadas por meio da Resolução nº 1.049/2010 de 19 de agosto de 2010 e deveriam vigorar até 27 de agosto de 2011, foram então prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.196/2011 de 23 de agosto de 2011, a qual também definiu que a nova tarifa teria efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011). Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreria em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011.

A discussão dos aperfeiçoamentos da metodologia referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias iniciou-se em 8 de setembro de 2010 com a Audiência Pública 040/2010 e foi finalizada com a publicação da Resolução Normativa nº 457 de 8 de novembro de 2011, que atualizou os procedimentos gerais para realização das revisões das Concessionárias. Na nova metodologia, a Aneel definiu um custo de capital (WACC) de 7,50% a.a. (após impostos), substituindo os 9,95% a.a. utilizado no 2º Ciclo de Revisões Tarifárias. Outras mudanças estão relacionadas aos Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Outras Receitas, Fator X, e Receitas Irrecuperáveis (inadimplência). Além da nova metodologia a ser empregada para a definição da receita da distribuidora, a ANEEL também aprovou, por intermédio da Resolução Normativa nº 464/2011 de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010, aberta em 17 de dezembro de 2010.

A Revisão Tarifária da Elektro para o 3º ciclo iniciou-se em 10 de maio de 2012 (Audiência Pública nº 31/2012) e resultou como efeito médio para o consumidor, uma redução de 6,05%. As novas tarifas, que consideravam apenas o efeito da Revisão Tarifária, foram homologadas na Resolução nº 1.329 de Agosto de 2012. Por decisão da ANEEL, as referidas tarifas não chegaram a ser aplicadas, já que o efeito da Revisão Tarifária de 2011 foi concatenado ao do Reajuste anual de 2012, aplicados na mesma data, decisão homologada através da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011. O efeito médio final para o consumidor aplicado desde 27 de agosto de 2012 foi uma redução de 3,05%, conforme Resolução 1.336 de 21 de agosto de 2012. O cálculo das tarifas finais considerou o crescimento de mercado, a atualização monetária, o fator X, além do componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária. Para este último item, foi definido que o montante, no valor de R\$ 253.447, será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário de 2012.

## 5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na nota explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Conta corrente	5.818	13.915
Total aplicações financeiras	<u>624.359</u>	<u>271.573</u>
CDB	392.469	178.581
Debêntures Compromissadas	231.890	92.992
Total caixa e equivalentes de caixa	<u><u>630.177</u></u>	<u><u>285.488</u></u>

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano		
Vencimento	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	-	123.704
2013	613.524	147.869
2014	10.835	-
Total	<u><u>624.359</u></u>	<u><u>271.573</u></u>

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI.

Em 30 de setembro de 2012, as aplicações estavam indexadas à variação média de aproximadamente 101,38% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam alta liquidez e são prontamente conversíveis, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas significativas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, e sem riscos significativos de mudança de valor (vide nota 40 – Instrumentos Financeiros).

**7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES**

	30/09/2012				31/12/2011			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	216.494	141.772	29.180	387.446	193.188	105.674	19.542	318.404
Residencial	91.202	83.069	11.279	185.550	86.902	71.918	7.899	166.719
Industrial	39.345	22.100	12.252	73.697	32.142	10.475	7.140	49.757
Comercial	36.694	22.003	3.762	62.459	31.676	16.290	2.757	50.723
Rural	12.190	7.135	1.046	20.371	9.836	5.557	895	16.288
Poder público	13.106	2.898	95	16.099	10.912	775	98	11.785
Iluminação pública	12.451	2.514	701	15.666	11.203	479	697	12.379
Serviço público	11.506	2.053	45	13.604	10.517	180	56	10.753
Outras contas a receber	347.415	4.029	15.615	367.059	353.836	4.048	12.228	370.112
Parcelamentos de débitos	42.374	4.029	15.615	62.018	49.493	4.048	12.228	65.769
Receita não faturada	265.919	-	-	265.919	273.446	-	-	273.446
Supridores	29.774	-	-	29.774	25.324	-	-	25.324
Alíquota Efetiva	1.542	-	-	1.542	(1.674)	-	-	(1.674)
Outros	7.806	-	-	7.806	7.247	-	-	7.247
<b>Total</b>	<b>563.909</b>	<b>145.801</b>	<b>44.795</b>	<b>754.505</b>	<b>547.024</b>	<b>109.722</b>	<b>31.770</b>	<b>688.516</b>
Circulante	525.183	145.801	44.795	715.779	506.239	109.722	31.770	647.731
Não circulante	38.726	-	-	38.726	40.785	-	-	40.785

Em 30 de setembro de 2012, do montante de R\$ 29.774 classificado como Supridores (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 20.057 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento pelos serviços é de 44 dias. A Administração da Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores de difícil recebimento, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Sociedade atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	31/12/2011	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	30/09/2012
Residencial	8.833	23.697	-	(20.416)	12.114
Industrial	1.856	3.369	(63)	(1.801)	3.361
Comercial	1.851	4.664	-	(3.678)	2.837
Rural	400	1.913	-	(1.533)	780
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.085	123	(33)	(81)	1.094
Iluminação pública	3.009	1.694	(1.927)	(90)	2.686
Parcelamentos de prefeituras	19.686	450	(158)	-	19.978
Parcelamento privado	6.147	377	(20)	-	6.504
<b>Total</b>	<b>42.867</b>	<b>36.287</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(27.599)</b>	<b>49.354</b>

## 9. ENERGIA LIVRE

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existiam, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

O valor registrado na conta do ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 299, o qual foi amortizado no primeiro trimestre de 2012. O valor correspondente ao passivo de energia livre em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 6.178 classificados no passivo circulante (R\$ 7.187 em 31 de dezembro de 2011).

O valor que está sendo cobrado dos clientes após a amortização do ativo, será devolvido aos consumidores via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL.

## 10. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA GERADORAS - TUSD-G

Ver histórico na mesma nota das Demonstrações Financeiras de 2011.

Em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Nota	31/12/2011	Correção	Recebimento	30/09/2012
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08		14	-	(14)	-
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08		18	-	(18)	-
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	33.584	1.847	(1.456)	33.975
Total Ativo		<u>33.616</u>	<u>1.847</u>	<u>(1.488)</u>	<u>33.975</u>
Circulante		1.478			-
Não circulante		<u>32.138</u>			<u>33.975</u>

(a) Valores a receber da geradora Duke Energy, conforme decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição), entre a Elektro e esta geradora. Esse valor foi depositado em juízo pela Duke e está atualizado pela Selic.

## 11. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	17.871	16.457
Impostos e contribuições retidos na fonte	211	216
ICMS a recuperar	62.858	59.496
PIS e COFINS a recuperar	-	4.342
<b>Total</b>	<b>80.940</b>	<b>80.511</b>
Ativo circulante	33.424	53.592
Ativo não circulante	47.516	26.919

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

Em relação ao PIS e Cofins, a partir de julho/2012 o crédito passou a ser utilizado integralmente no mesmo mês de aquisição, também de acordo com a legislação específica desses tributos.

## 12. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 30 de setembro de 2012, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 100,66% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados conforme quadro abaixo:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobras (Luz para Todos) (i)	305	-	289	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (ii)	9.547	11.155	6.472	12.746
Fundo Educacional (iii)	3.697	-	3.222	-
<b>Total</b>	<b>13.549</b>	<b>11.155</b>	<b>9.983</b>	<b>12.746</b>

(i) Eletrobras – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.

(ii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para atendimento dos requisitos vigentes na compra de energia em Leilões no curto e longo prazo.

(iii) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

## 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 30 de setembro de 2012 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 74.137 (R\$ 58.503 em 31 de dezembro de 2011). Parte deste montante (R\$ 31.654 em 30 de setembro de 2012 e R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Em 02 de maio de 2011, a referida ação transitou em julgado em favor da Sociedade, motivo pelo qual fora requerido ao Juízo o levantamento do montante integral depositado. Ao apreciar a petição o Juiz determinou a manifestação da Fazenda Pública, que se manifestou alegando que o depósito judicial efetuado nos autos não teria abrangido o montante integral do débito. Com isso, a Fazenda concordou apenas com o levantamento parcial no montante de R\$ 16.680, restando, portanto a quantia depositada

de R\$ 31.654 em 30 de setembro de 2012. Em relação ao montante depositado, a Elektro se manifestou contrária à decisão do Juiz, demonstrando, por meio de cálculo, que o montante deveria ser levantado integralmente. Diante das alegações da Elektro, os autos foram remetidos pelo Juiz à contadoria judicial, para que dê seu parecer acerca do levantamento da quantia remanescente.

Com a incorporação da empresa EPC pela Elektro (vide nota 3), os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. O valor incorporado referente a depósitos judiciais da EPC totalizava à época, R\$ 28.823. Em 30 de setembro o valor atualizado é de R\$ 25.808. e refere-se ao processo descrito nas notas de contingências. Esse depósito é suficiente para garantia integral das provisões incorporadas (vide nota 27).

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 16.765. em 30 de setembro de 2012, (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) referem-se, (i) R\$ 11.858 a processos Trabalhistas, (ii) R\$ 4.167 a processos Cíveis e (iii) R\$ 740 a processos Tributários.

## **14. CONTRATO DE CONCESSÃO**

### **14.1. Ativo Indenizável (Concessão)**

No uso de seu julgamento, a Administração entende, para fins de estimativa do ativo financeiro, que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão será calculado utilizando a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a regra adotada para indenização dos ativos de Transmissão, Distribuição e Geração definida pela Medida Provisória 579/2012 que trata da renovação das concessões vincendas entre 2015 e 2017. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão será determinado pelo valor residual da BRR, ao final do prazo contratual, valorado pelo VNR. Considerando o atraso da ANEEL na divulgação da BRR da Elektro, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi utilizado o valor residual da BRR do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (julho de 2007) devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Em 5 de março de 2012, a Elektro tomou conhecimento, por meio do Ofício nº 209/2012 – SFF/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ser aplicado em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011 (vide nota 4). Desta maneira, a Sociedade recalculou o valor do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão com base na nova BRR, que tinha data de corte definida pela ANEEL para fevereiro de 2011. Este montante devidamente movimentado por atualizações, adições, baixas e depreciações até 31 de março de 2012, gerou um ajuste de R\$ 81.787 nos cálculos iniciais, reduzindo o ativo financeiro anteriormente contabilizado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes. A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Essa categoria também é mais apropriada por ser uma categoria residual pela própria definição do CPC 38, já que o comportamento da BRR não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado.

O valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde fevereiro de 2011 (data base da última BRR), por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário.

As obrigações especiais representam recursos pagos por terceiros à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. Também referem-se a doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente das obrigações especiais deverá, ao final da concessão, ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como base para determinação do valor justo do ativo financeiro, a Elektro utiliza a BRR, deduzindo-se o valor reavaliado das obrigações. A parcela

das obrigações especiais amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A amortização é realizada pela taxa média da conta de máquinas e equipamentos de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>234.165</b>	<b>(20.401)</b>	<b>69.494</b>	<b>283.259</b>
Transferências de ativo intangível	54.707	514	-	55.221
Adições	-	(2.330)	-	(2.330)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	15.976	15.976
Baixas	(353)	-	-	(353)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>288.519</b>	<b>(22.217)</b>	<b>85.470</b>	<b>351.773</b>
Transferências de ativo intangível	81.785	-	-	81.785
Efeito na mudança da taxa de depreciação	141.078	(49.455)	-	91.623
Adições	-	(142)	-	(142)
Ajustes ao valor justo (ajuste de avaliação patrimonial)	-	-	5.629	5.629
Atualização pela BRR 3º ciclo	-	-	(81.787)	(81.787)
Baixas	(6.902)	-	-	(6.902)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>504.480</b>	<b>(71.814)</b>	<b>9.312</b>	<b>441.979</b>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos). Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 30). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 14.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pela ANEEL, anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Com as novas taxas, houve acréscimo de aproximadamente 4 anos na vida útil econômica média dos ativos que passou de 22 anos para 26 anos. Esta alteração, reduziu a amortização e consequentemente aumentou a parcela residual da infraestrutura que espera-se receber como indenização ao final do período da Concessão, gerando uma redistribuição de valores entre ativos financeiro e intangível.

A fixação de novas taxas de depreciação resultou, no período findo em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 91.623 do ativo intangível para o ativo financeiro decorrente do recálculo do saldo anterior da infraestrutura utilizado as novas vidas úteis. Adicionalmente, houve a redução de R\$ 56.640 referente às transferências do período de janeiro a setembro de 2012, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado foi de R\$ 9.730 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 10.090 em 31 de dezembro de 2011).

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço				Em Formação			Total
	Custo	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.111.506</b>	<b>(361.154)</b>	<b>(262.794)</b>	<b>1.487.558</b>	<b>204.572</b>	<b>-</b>	<b>204.572</b>	<b>1.692.130</b>
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782	310.176
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-	(77.564)
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-	(153.496)
Transferências para o ativo financeiro	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)	(55.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.859.042</b>	<b>(372.086)</b>	<b>(52.522)</b>	<b>1.434.434</b>	<b>290.014</b>	<b>(8.423)</b>	<b>281.591</b>	<b>1.716.025</b>
Adições	-	(499)	-	(499)	223.178	(28.916)	194.262	193.763
Baixas	138.769	-	(141.209)	(2.440)	-	-	-	(2.440)
Amortização	-	-	(99.927)	(99.927)	-	-	-	(99.927)
Transferências para o ativo financeiro	178.155	1.669	(123)	179.701	(260.012)	(1.474)	(261.486)	(81.785)
Mudança na taxa de depreciação	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	-	(91.623)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>2.034.888</b>	<b>(321.461)</b>	<b>(293.781)</b>	<b>1.419.646</b>	<b>253.180</b>	<b>(38.813)</b>	<b>214.367</b>	<b>1.634.013</b>

(1) Transferências para ativo financeiro - indenizável no montante de R\$ 55.221

(2) Transferências para ativo financeiro - indenizável no montante de R\$ 81.785

### 14.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (cost plus), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (ver valor da receita na nota 30).

### 15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Do montante de R\$ 4.254 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2011), registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, efetuada em 2012, é de R\$ 33.800. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação

determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias.

## 16. IMOBILIZADO

Conforme descrito na nota 14, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo, os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing apresentam saldos em 30 de setembro de 2012 de 31 de dezembro de 2011 conforme mutação abaixo.

Arrendamento mercantil em serviço	Saldos em 31/12/2010	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Baixas	Saldos em 30/09/2012
<b>Administração Central</b>								
	<b>8.041</b>	5.876	(1.679)	-	<b>12.238</b>	(1.333)	(228)	<b>10.677</b>
Edif. obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	<b>20.945</b>	5.876	-	(10.855)	<b>15.966</b>	-	(475)	<b>15.491</b>
(-) Depreciação acumulada	<b>(12.904)</b>	-	(1.679)	10.855	<b>(3.728)</b>	(1.333)	247	<b>(4.814)</b>
	<b>4.711</b>	-	(2.525)	-	<b>2.186</b>	(1.467)	(4)	<b>715</b>
Veículos - Arrendamento mercantil	<b>12.155</b>	-	-	(860)	<b>11.295</b>	-	(6.362)	<b>4.933</b>
(-) Depreciação acumulada	<b>(7.444)</b>	-	(2.525)	860	<b>(9.109)</b>	(1.467)	6.358	<b>(4.218)</b>
	<b>6.387</b>	5.217	(2.527)	(3.009)	<b>6.068</b>	(1.635)	-	<b>4.433</b>
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	<b>10.191</b>	5.217	-	(4.629)	<b>10.779</b>	-	-	<b>10.779</b>
(-) Depreciação acumulada	<b>(3.804)</b>	-	(2.527)	1.620	<b>(4.711)</b>	(1.635)	-	<b>(6.346)</b>
<b>Total</b>	<b>19.138</b>	<b>11.093</b>	<b>(6.731)</b>	<b>(3.009)</b>	<b>20.492</b>	<b>(4.435)</b>	<b>(232)</b>	<b>15.825</b>

## 17. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	30/09/2012	31/12/2011
Moeda nacional	257.126	265.612
Supridores de energia elétrica	202.540	193.865
Encargos de serviço de sistema - ESS	11.634	10.554
Fornecedores de materiais e serviços	42.952	61.193
Moeda estrangeira	45.521	41.904
Supridores de energia elétrica - Itaipu	45.183	40.778
Variação cambial - Itaipu	338	1.126
<b>Total</b>	<b>302.647</b>	<b>307.516</b>

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	30/09/2012			31/12/2011		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
<b>Moeda Nacional</b>						
BNDES	120.696	1.171	121.867	66.144	685	66.829
Finame SE 2011	5.695	65	5.760	5.695	66	5.761
Finem CAPEX 2011/2012	115.335	1.106	116.441	60.849	619	61.468
Custos com emissão - BNDES	(334)	-	(334)	(400)	-	(400)
Eletrobras - Luz para Todos	105.436	-	105.436	98.569	-	98.569
Finep - 1º Ciclo	10.754	26	10.780	11.546	34	11.580
Finep - 2º Ciclo	35.770	65	35.835	40.880	76	40.956
Finep - 3º Ciclo	2.539	4	2.543	-	-	-
<b>Moeda Estrangeira (*)</b>						
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	222.851	3.103	225.954	172.198	1.303	173.501
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	(42.932)	3.585	(39.347)	7.625	2.774	10.399
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	30.109	617	30.726	29.116	266	29.382
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	(86)	639	553	997	440	1.437
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	185.315	3.226	188.541	144.171	1.366	145.537
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(35.232)	2.530	(32.702)	6.282	2.143	8.425
<b>Total</b>	<b>635.220</b>	<b>14.966</b>	<b>650.186</b>	<b>577.528</b>	<b>9.087</b>	<b>586.615</b>
Circulante	390.646	14.966	405.612	21.466	9.087	30.553
Não circulante	244.574	-	244.574	556.062	-	556.062

(\*) Valores marcados a mercado – (ver nota 40).

A Sociedade captou em 15 de abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de longo prazo (725 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360.000 (US\$ 226.909 mil). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, contratou-se operações de “Swap” com os mesmos prazos de vencimento, e sobre os mesmos valores da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Em 20 de setembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com BNDES, na modalidade FINEM, no valor de R\$ 188.479. As taxas de juros variam de acordo com o subcrédito, de TJLP a TJLP + 3,03%. O financiamento é destinado ao Programa de Investimentos 2011/2012, para realização de expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão.

**Condições Restritivas**

**BNDES (FINEM):** conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Em 22 de novembro de 2011, a Elektro assinou o contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), no valor de R\$ 7.733. A taxa de juros desse financiamento é de 5% a.a.. Os recursos serão destinados principalmente para financiamento de projetos no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 30 de setembro de 2012 estão abaixo apresentados:

Ano	R\$
2013	11.538
2014	45.580
2015	41.287
2016	41.094
Após 2016	105.075
<b>Total</b>	<b>244.574</b>

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos em aberto em 30 de setembro de 2012 são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
<b>Moeda Nacional</b>						
<b>BNDES</b>						
Finame SE 2011	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	5,50%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/02/2013	15/01/2021
FINEM 2011-2012		de TJLP a TJLP + 3,03%			15/06/2013	15/12/2019
<b>Eletrobrás</b>						
Luz para Todos <sup>(1)</sup>	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a.a. <sup>(2)</sup>	Mensal	Mensal	30/11/2006 a 31/12/2014	30/10/2016 a 31/12/2022
<b>FINEP</b>						
Finep - 1º Ciclo		TJLP + 0,94% a.a.	Mensal durante a carência		15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo		4,25% a.a.		15/04/2011	15/12/2017	
Finep - 3º Ciclo		5,0% a.a.		15/12/2013	15/01/2020	
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Cédula de Crédito Bancário 4131BNP PARIBAS 2011		US\$ + 2,88% <sup>(3)</sup>			-	09/04/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC 2011		US\$ + 3,60% <sup>(4)</sup>	Semestral	No vencimento da operação	-	09/04/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú 2011		US\$ + 3,50% <sup>(5)</sup>			-	09/04/2013

<sup>(1)</sup> O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

<sup>(2)</sup> Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

<sup>(3)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

<sup>(4)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

<sup>(5)</sup> Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

**19. DEBÊNTURES**

	30/09/2012				31/12/2011			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
4ª Emissão	-	-	-	-	299.450	16.600	-	316.051
1ª Série	-	-	-	-	180.000	10.418	-	190.418
2ª Série	-	-	-	-	120.000	7.003	-	127.003
Custos com emissão	-	-	-	-	(550)	(821)	-	(1.371)
5ª Emissão	299.550	2.696	10.544	312.790	299.033	10.778	3.873	313.683
1ª Série	120.000	1.266	-	121.266	120.000	5.520	-	125.520
2ª Série	180.000	1.799	10.544	192.343	180.000	5.258	3.873	189.130
Custos com emissão	(450)	(369)	-	(819)	(967)	-	-	(967)
6ª Emissão	648.674	2.068	1.041	651.783	-	-	-	-
1ª Série	220.000	891	-	220.891	-	-	-	-
2ª Série	100.000	567	242	100.809	-	-	-	-
3ª Série	330.000	610	799	331.409	-	-	-	-
Custos com emissão	(1.326)	-	-	(1.326)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>948.224</b>	<b>4.764</b>	<b>11.585</b>	<b>964.573</b>	<b>598.483</b>	<b>27.378</b>	<b>3.873</b>	<b>629.734</b>
Circulante	-	4.764	-	4.764	-	27.378	-	27.378
Não circulante	948.224	-	11.585	959.809	598.483	-	3.873	602.356

Em 12 de setembro de 2012, a Elektro efetuou a 6ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 650.000, com vencimento em 12 de setembro de 2017, 12 de setembro de 2019 e 12 de setembro de 2022, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 220.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,74%, a 2ª série, no valor de R\$ 100.000, à taxa IPCA acrescida de 5,10% e a 3ª série, no valor de R\$ 330.000, à taxa IPCA acrescida de 5,50%.

Os recursos provenientes das debêntures da 6ª emissão foram utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão da Elektro e para antecipação das necessidade de captação de 2013.

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.144, sendo R\$ 369 no curto prazo (R\$ 199 referente a quinta emissão e R\$ 170 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.775 no longo prazo (R\$ 619 referente a quinta emissão e 1.156 referente a sexta emissão)

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures é conforme segue:

Ano	R\$
2014	39.529
2015	39.658
2016	213.222
Após 2016	667.400
<b>Total</b>	<b>959.809</b>

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

**Quinta emissão – características das duas séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora.

**Sexta emissão – características das três séries**

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações

Espécie: quirografia sem garantia

Valor original: R\$ 650.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A 4ª emissão foi resgatada antecipadamente em 17 de setembro de 2012 com recursos provenientes da 6ª emissão.

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora.

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Abaixo um resumo das características das debêntures em aberto:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
<b>Debêntures 5ª Emissão</b>				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
<b>Debêntures 6ª Emissão</b>				
1ª Série	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 12/09/2020, 12/09/2021 e 12/09/2022

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):**

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

**Quarta emissão:** conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (I) a (XX) da escritura da emissão.

**Quinta emissão:** conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

**Sexta emissão:** conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

**20. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período.

Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10% a.a. e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Imóveis	12.323	13.605
Veículos	1.368	3.868
Equipamentos de informática	2.620	3.893
Total	<u>16.311</u>	<u>21.366</u>
Circulante	4.819	4.860
Não circulante	<u>11.492</u>	<u>16.506</u>

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima é apresentado a seguir:

<u>Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo</u>	
2013	1.195
2014	1.604
2015	1.763
após 2015	6.930
Total	<u>11.492</u>

### **Arrendamento mercantil operacional**

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas no período findo em setembro de 2012 e de 2011, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	3.338	946
Locação de imóveis	2.420	1.586
Locação de veículos	392	1.083
Locação de computadores	829	418
Locação de impressoras	167	553
Locação de equipamentos e serviços de informática	3.677	187
Total	<u>10.824</u>	<u>4.773</u>

Vencimento dos  
compromissos futuros

2012	844
2013	3.662
2014	4.147
2015	4.683
Total	<u>13.337</u>

**21. TRIBUTOS A RECOLHER**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	87	88
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	18.495	20.381
Programa de integração social - PIS	4.015	4.425
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	84.511	86.430
Impostos retidos na fonte	728	12.025
Imposto sobre serviço - ISS	358	396
<b>Total</b>	<b><u>108.194</u></b>	<b><u>123.745</u></b>

**22. ENCARGOS DO CONSUMIDOR**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.533	4.222
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	9.876	18.224
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	13.241	11.786
Encargos de capacidade emergencial - ECE	722	810
<b>Total</b>	<b><u>28.372</u></b>	<b><u>35.042</u></b>

**23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos a pagar	135.685	5
Juros sobre capital próprio a pagar	1	60.888
<b>Total</b>	<b><u>135.686</u></b>	<b><u>60.893</u></b>

Em 23 de janeiro de 2012 foram pagos Juros sobre capital próprio no valor de R\$ 60.888, referente ao exercício de 2011, os quais estão líquidos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 10.738.

Ao final do exercício de 2011, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, após constituição da reserva legal e deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012 e em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas ocorrida em 28 de março de 2012, e o pagamento foi efetuado em 20 de abril de 2012.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de agosto de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 203.518, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2012. O pagamento dos dividendos intermediários será efetuado em três parcelas iguais de R\$ 67,8 milhões cada. O primeiro pagamento ocorreu em 24 de agosto de 2012. As duas parcelas restantes serão pagas nos dias 26 de outubro e 21 de dezembro de 2012.

Existem valores de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

**24. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO**

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão de férias e 13º salário	21.615	17.792
Retenções do empregado	1.809	2.816
INSS parte da empresa	10.646	8.806
FGTS	2.723	3.126
Participação nos lucros e resultados	6.731	13.062
Outros	393	353
<b>Total</b>	<b><u>43.917</u></b>	<b><u>45.955</u></b>

**25. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas 300/2008, 316/2008, 408/2010 e 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. Os recolhimentos de Encargo do Sistema Isolado deverão ser efetuados mensalmente. O não recolhimento no prazo previsto implicará a atualização das parcelas através da taxa de juros Selic. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10, de 5 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

<u>Distribuição do recurso</u>	<u>Percentual de distribuição</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>Ingresso</u>	<u>Atualização</u>	<u>Realização/Pagamento</u>	<u>30/09/2012</u>
Programa de Eficiência Energética	0,50%	17.089	10.218	1.003	(10.932)	17.378
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	21.029	4.089	1.314	(5.985)	20.447
FNDCT	0,20%	532	4.089	-	(4.068)	553
MME	0,10%	265	2.047	-	(2.034)	278
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	796	6.014	-	(6.102)	708
<b>Total</b>		<b><u>39.711</u></b>	<b><u>26.457</u></b>	<b><u>2.317</u></b>	<b><u>(29.121)</u></b>	<b><u>39.364</u></b>
Circulante		14.233	22.369	546	(29.121)	8.027
Não circulante		<u>25.478</u>	<u>4.088</u>	<u>1.771</u>	<u>-</u>	<u>31.337</u>

## **26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

### **26.1 Planos de Pensão**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

**PSAP/CESP B:** Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

**PSAP/CESP B1:** Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Sociedade, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

No que se refere à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Como o plano apresenta superávit, o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial de R\$ 163.594 em 31 de dezembro de 2011. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 16% em 31 de dezembro de 2011, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

<b>Conciliação dos valores reconhecidos no balanço</b>	<b>31/12/2011</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	764.730
Valor justo dos ativos do plano	928.324
Superávit para planos cobertos	163.594
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(163.594)
(Ativo) atuarial líquido	-

Os valores reconhecidos no resultado nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e no resultado abrangente são os seguintes:

<b>Componentes da despesa (receita) do plano</b>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente <sup>(1)</sup>	(6.903)	(6.827)
Juros sobre as obrigações atuariais	(58.600)	(55.286)
Rendimento esperado dos ativos	81.512	77.066
Receita reconhecida	<u>16.009</u>	<u>14.953</u>
<b>Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>		
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	16.009	15.650
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	<u>(16.009)</u>	<u>(15.650)</u>
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido</b>	<b>91.923</b>	<b>38.643</b>

<sup>(1)</sup> Com juros, líquido da contribuição do participante

Para o período de janeiro a setembro de 2012, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 2.187 (R\$ 1.979 no mesmo período de 2011).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade em 2012 foram de R\$ 514 (R\$ 344 em 2011), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

## 26.2 Plano Especial de Aposentadoria

No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em setembro de 2012, esse plano foi prorrogado por 3 meses (até 3 de dezembro de 2012), para aqueles que já estão aposentados e até 31 de maio de 2015, para aqueles que são elegíveis.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O valor atualizado da provisão em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.400 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2011), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano, e de R\$ 9.802 (R\$ 11.469 em 31 de dezembro de 2011) registrado no passivo não circulante, com base na estimativa de que no período compreendido entre outubro de 2012 e dezembro de 2015, até 213 colaboradores possam aderir ao plano.

## 26.3 Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No período findo em 30 de setembro de 2012, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 26.406 (R\$ 24.140 no mesmo período de 2011), registrado à conta de despesas com pessoal.

## 27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

### 27.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações.

	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	30/09/2012
Cíveis e ambientais	93.555	7.960	5.797	(3.476)	(2.494)	101.342
Trabalhistas	21.020	1.017	6.018	(2.443)	(1.566)	24.046
Tributárias	2.786	29.994	1.031	(6.482)	(13)	27.316
Desapropriações e servidões	6.263	3.973	2.509	(461)	(1.290)	10.994
Regulatórias	14.240	4.617	-	-	-	18.857
Total das provisões	<u>137.864</u>	<u>47.561</u>	<u>15.355</u>	<u>(12.862)</u>	<u>(5.363)</u>	<u>182.555</u>

Em 30 de setembro de 2012, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

### Uso da faixa de domínio de rodovias – Ação judicial cível

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs embargos de declaração, os quais foram negados em fevereiro de 2011. Diante da decisão do STJ a Elektro apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal, o qual não foi admitido pelo STJ. Contra esta decisão a Elektro tomará a medida judicial cabível. Com base na decisão do STJ que não conheceu do Recurso Especial, a Sociedade mantém provisionado o valor de R\$ 79.053, em 30 de setembro de 2012 (R\$ 74.078 em 31 de dezembro de 2011), considerando as partes envolvidas no processo que possuem os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

### Provisões Tributárias

Em 25 de agosto de 2000, as empresas Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. impetraram Mandado de Segurança cujo objeto é a suspensão da exigibilidade da CPMF sobre fechamento simbólico de câmbio referente à transferência, pela Elektro à EPC, de empréstimo contraído pela própria Elektro junto à Terraco Investments Ltd. Em virtude de a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ter se firmado no sentido de ser legítima a incidência da CPMF sobre a operação discutida, foi requerida a desistência da ação pelas empresas autoras, a qual foi homologada em 28 de setembro de 2012. Em virtude da desistência, houve levantamento dos valores depositados em favor da parte contrária em agosto de 2012. Os autos, atualmente, estão pendentes de arquivamento definitivo.

Em 5 de dezembro de 2007, a empresa EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de suspender a inclusão na base de cálculo do PIS e da COFINS do valor referente às receitas oriundas do pagamento de juros sobre capital próprio efetuado em seu benefício pela Elektro. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 25.783.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

## **27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível**

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 80.852 para assuntos previdenciários, R\$ 37.269 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem R\$ 19.554 para aspectos trabalhistas e R\$ 365.208 para diversas questões tributárias.

Dentre os assuntos cíveis, os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.166 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

A Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado desses casos em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 66.858 (R\$ 64.875 em 31 de dezembro de 2011).

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP), em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado, em 30 de setembro de 2012 supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade, é de R\$ 20.010 (R\$ 19.301 em 31 de dezembro de 2011). Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 54.638 (52.914 em 31 de dezembro de 2011). Todos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em 28 de junho de 2011, a SEFAZ-SP lavrou três novos Autos de Infração contra a Sociedade em complemento a outros Autos de Infração, dentre eles o que foi lavrado em dezembro de 2008, também sob alegação de suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde, cujos valores atualizados em 30 de setembro de 2012 são, respectivamente de R\$ 5.624, R\$ 6.722 e R\$ 15.081 (R\$ 16.748 em dezembro de 2011). Todos eles encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em janeiro de 2009, foi lavrado Auto de Infração e Imposição de Multa pela SEFAZ-SP, cujas infrações foram a suposta ausência de pagamento de ICMS nos períodos de março de 2004 a março de 2006, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS. O valor atualizado do

débito, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 19.348 (R\$ 18.768 em 31 de dezembro de 2011). O auto de infração se encontra pendente de julgamento nas instâncias administrativas, e é considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal maneira, provisionado o respectivo valor.

Outra questão atualmente discutida no âmbito tributário é a do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais – PERC nº 10830.00390/2008-64, no qual a Elektro pleiteia perante a Receita Federal do Brasil a validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). O valor envolvido atualizado até 30 de setembro de 2012 é de R\$ 21.257 (R\$ 20.366 em 31 de dezembro de 2011). O pedido está pendente de decisão final administrativa, tendo sido considerado como perda possível e, conseqüentemente, não foi provisionado.

Em dezembro de 2009, também fora lavrado em face da Elektro Auto de Infração pela SEFAZ-SP que recebeu o nº 3.118.729-8, que apurou suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado adquiridos em 2002 e 2003, cujos créditos foram utilizados no período de janeiro de 2004 a novembro de 2007, com valor atualizado, em 30 de setembro de 2012, de R\$ 16.145 (R\$ 14.891 em 31 de dezembro de 2011). Do mesmo modo, este auto encontra-se pendente de análise nas instâncias administrativas, sendo considerado com risco de perda possível, não sendo, de tal modo, provisionado.

A SEFAZ-SP lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa, em 2 de junho de 2010 e 5 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias, os quais ainda estão pendentes de julgamento administrativo definitivo. Os valores atualizados, em 30 de setembro de 2012, são de, respectivamente, R\$ 60.352 e R\$ 24.285 (R\$ 59.416 e R\$ 24.267, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011) e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Elektro recebeu também, em julho de 2010, Auto de Infração lavrado pela SEFAZ-SP que apurou descumprimento da legislação tributária no tocante ao creditamento de ICMS e obrigações acessórias para o cancelamento de notas fiscais da Elektro. O valor atualizado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 4.919 (R\$ 4.756 em 31 de dezembro de 2011). Referido auto se encontra pendente de apreciação nas instâncias administrativas, não tendo sido provisionado tal valor em razão de sua condição de perda possível.

Em março de 2011, a SEFAZ-SP lavrou o Auto de Infração e Imposição de Multa, que apurou supostas irregularidades no creditamento de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia adquiridos em 2005. O valor atualizado do débito, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 12.639 (R\$ 11.982 em 31 de dezembro de 2011). Referido auto encontra-se pendente de decisão final administrativa, sendo, portanto, considerado com risco de perda possível.

Em junho de 2011 a SEFAZ-SP lavrou ainda o Auto de Infração e Imposição de Multa também para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias, que se encontra pendente de decisão final administrativa. O valor total atualizado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 16.850 (16.478 em 31 de dezembro de 2011), e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

Em abril de 2012, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou também o Auto de Infração e Imposição de multa para exigência de ICMS por ter apurado supostos créditos tomados pela Companhia em relação a material de iluminação pública, veículos e acessórios e reforma de transformadores. O valor total atualizado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 13.276 (R\$ 12.628 em abril de 2012). Referido auto encontra-se pendente de julgamento na instância administrativa, sendo, portanto, considerado com risco de perda possível.

Em setembro de 2012, a Elektro recebeu o Auto de Infração e Imposição de Multa tendo como objeto suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos durante o período de Janeiro a Dezembro de 2008. A Elektro está promovendo a defesa administrativa desta autuação. O valor autuado, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 8.335, sendo que os assessores jurídicos apontaram que o risco de perda é possível.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da Lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

A composição acionária da Elektro em 30 de setembro de 2012, após reestruturação societária (vide nota 3), está demonstrada no quadro abaixo:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

## 29. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

### Bônus Estratégico Iberdrola 2011 - 2013

Em Assembleia Geral de Acionistas da Iberdrola S.A., realizada em 27 de maio de 2011, foi aprovado o estabelecimento de um Bônus Estratégico dirigido à executivos da Iberdrola S.A. e suas controladas, relacionadas com a realização dos objetivos estratégicos para o período 2011 - 2013 e liquidados pela entrega de ações da Iberdrola S.A. (doravante denominada "Bônus Estratégico 2011-2013"), de acordo com os seguintes termos:

1. Descrição: Bônus Estratégico 2011-2013 é configurado como um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento, no final do período de referência 2011-2013, de vários objetivos estratégicos que serão definidos pelo Conselho de Administração da Iberdrola S.A. e serão vinculados além de outros critérios, a:

(A) Evolução no lucro líquido consolidado da Iberdrola S.A. em comparação com os cinco principais concorrentes europeus (Enel, Eon, RWE, EDF e GDF-Suez). Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do lucro líquido consolidado for inferior a média do grupo de referência. Este objetivo terá uma ponderação de 20%.

(B) Evolução do valor da ação a partir da média do índice Eurostoxx Utilities e ações dos cinco principais concorrentes europeus (Enel, Eon, RWE, EDF e GDF-Suez), tendo o seu desenvolvimento desde janeiro de 2011 e para o período do bônus. Entende-se que este objetivo não é alcançado se a evolução do preço das ações experimentar um desvio padrão maior que 5% sobre a média de referência. Seu peso é de 60% se atingir 105%.

(C) Manter a classificação de crédito da Iberdrola S.A. (rating - A). A ponderação é de 20%.

2. Beneficiários: Determinados executivos da Iberdrola S.A. e de seu grupo, com um máximo de 350 beneficiários, a ser incluído no Bônus Estratégico 2011-2013 durante sua vigência, nos termos das resoluções aprovadas pelo Conselho de Administração da Iberdrola SA no desempenho deste acordo, com um máximo de 350 beneficiários.

3. Valor: Cada beneficiário receberá um número de "ações teóricas" na época de estabelecimento do Bônus Estratégico 2011-2013 que após a conclusão do período de referência e, dependendo do nível de cumprimento dos objetivos fixados ou estabelecidos resultará na entrega de ações da Iberdrola S.A. nas três datas previstas.

O número máximo de ações a ser entregue a todos os beneficiários do Bônus Estratégico 2011-2013 será 17.000.000 de ações, equivalente a 0,29 por cento do capital social da Iberdrola S.A., mas o número de ações atribuídas a cada um dos executivos que participam do Bônus Estratégico 2011-2013 não pode exceder 1.900.000 ações.

4. Prazo do Bônus Estratégico 2011-2013: O Bônus Estratégico 2011-2013 tem um prazo de seis anos, dos quais o período entre 2011 e 2013 constituirá o período de referência para fins de cumprimento dos objetivos e o período entre os anos 2014-2016 o período de liquidação, a ser produzido pela entrega de ações de forma diferida nesses três anos.

O valor registrado deste benefício em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.596.

### 30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	30/09/2012			30/09/2011		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.301.207	8.990.878	4.003.773	2.241.448	9.346.291	3.978.133
Fornecimento para consumidores	2.301.207	8.878.993	3.321.731	2.241.448	8.971.199	3.351.230
Residencial	1.946.334	2.928.319	1.373.058	1.909.172	2.852.294	1.348.059
Industrial	24.013	2.720.504	829.653	22.705	3.073.573	939.912
Comercial	177.643	1.635.415	681.167	158.639	1.479.895	622.452
Rural	128.406	672.889	158.427	127.368	667.995	156.891
Poder público	17.393	232.069	98.266	16.761	222.130	94.855
Iluminação pública	4.362	342.470	84.479	3.838	334.145	82.055
Serviço público	3.056	347.327	104.208	2.965	341.167	107.304
Não faturado	-	-	(7.527)	-	-	(298)
Outras receitas		111.885	682.042		375.092	626.903
CCEE		111.885	15.213		375.092	13.286
Receita de uso do sistema de distribuição		-	396.535		-	340.522
Remuneração do ativo financeiro		-	43.370		-	27.546
Receita de construção (vide nota 14.3)		-	193.619		-	221.933
Outras receitas		-	33.305		-	23.616
Deduções às receitas operacionais			(1.365.636)			(1.315.544)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(34.080)			(12.494)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(155.664)			(149.082)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(127.292)			(113.366)
ICMS sobre fornecimento			(666.582)			(647.884)
COFINS			(294.626)			(289.568)
PIS			(63.965)			(62.864)
Programa de P&D e eficiência energética			(20.401)			(23.788)
Outros			(3.026)			(13.619)
Total	2.301.207	8.990.878	2.638.137	2.241.448	9.346.291	2.662.589

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em 19 de janeiro de 2012, a ABRADÉE ajuizou ação com pedido de antecipação de tutela em face da ANEEL, impugnando os termos da Resolução Normativa ANEEL nº 463/2011, a qual promoveu a

expropriação de determinadas receitas (ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos) passando a considerá-las como 'obrigações especiais'. Em 7 de fevereiro foi concedida a tutela antecipada, a permitir que as empresas associadas da ABRADDEE não procedessem segundo as novas determinações. Posteriormente, a tutela antecipada perdeu a sua eficácia em razão do efeito suspensivo concedido ao agravo de instrumento interposto pela ANEEL. A Administração da Sociedade entende correta a pretensão da ABRADDEE em juízo, contudo, diante do caráter provisório da tutela antecipada/posterior cassação e devido à obrigação legal criada pela Resolução da ANEEL, vem aproveitando a medida acautelatória com a correspondente constituição de provisão no montante de R\$ 16.426, para o período findo em setembro de 2012, na mesma conta de obrigações especiais.

### 31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/09/2012		30/09/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	10.185.622	1.142.472	10.373.426	993.962
Itaipu Binacional (**)	2.182.876	245.634	2.193.703	210.750
Contratos bilaterais	57.483	12.375	62.209	11.512
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	7.713.202	801.811	7.899.156	702.351
PROINFA	232.060	64.592	218.358	51.352
Uso do transporte de energia	-	18.060	-	17.997
Outros custos de energia	-	290.839	-	270.080
ONS - Uso da rede básica	-	351.990	-	322.815
CTEEP- Encargos de conexão	-	30.313	-	27.615
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	54.420	-	48.532
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(145.884)	-	(128.882)
<b>Total</b>	<b>10.185.622</b>	<b>1.433.311</b>	<b>10.373.426</b>	<b>1.264.042</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

### 32. GASTOS COM PESSOAL

	30/09/2012	30/09/2011
Remunerações	89.828	90.521
Encargos sociais	31.519	32.437
Auxílio alimentação	12.060	11.494
Pagamentos baseados em ações	1.596	3.132
Assistência médica	8.672	6.951
Indenizações trabalhistas	2.366	1.563
Previdência privada	4.057	3.681
Plano Especial de Aposentadoria	3.034	7.206
Custo atuarial - Plano de Pensão	(16.009)	(15.650)
Participação nos lucros e resultados	14.878	24.697
Outros benefícios	5.674	5.695
<b>Total</b>	<b>157.675</b>	<b>171.727</b>
Custo da operação	129.028	141.197
Despesas com vendas	5.069	3.891
Despesas gerais e administrativas	23.578	26.639
<b>Total</b>	<b>157.675</b>	<b>171.727</b>

**33. GASTOS COM MATERIAIS**

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Materiais e equipamentos	24.070	24.622
<b>Total</b>	<b><u>24.070</u></b>	<b><u>24.622</u></b>
Custo da operação	23.517	22.134
Despesas com vendas	23	24
Despesas gerais e administrativas	530	2.464
<b>Total</b>	<b><u>24.070</u></b>	<b><u>24.622</u></b>

**34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS**

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Serviços no sistema elétrico	17.433	21.091
Serviços de manutenção e conservação	11.619	10.002
Serviços de leitura e entrega de contas	5.874	15.761
Serviços administrativos	18.664	23.011
Outros serviços	24.762	14.085
<b>Total</b>	<b><u>78.352</u></b>	<b><u>83.950</u></b>
Custo da operação	53.215	40.704
Despesas com vendas	6.856	18.832
Despesas gerais e administrativas	18.281	24.414
<b>Total</b>	<b><u>78.352</u></b>	<b><u>83.950</u></b>

**35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Despesas com arrecadação bancária	12.022	12.524
Taxa de fiscalização ANEEL	7.504	6.500
Seguros	1.020	1.153
Aluguéis	9.009	12.415
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	26.199	16.580
Taxas e contribuições	3.841	3.611
Despesas com viagens	3.299	13.955
Propaganda e publicidade	3.141	5.336
Telefonia e telecomunicações	13.330	16.530
Software	972	5.410
Provisões para ações judiciais e regulatórias	16.101	18.147
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	10.784	16.814
Outras	9.599	4.978
<b>Total</b>	<b><u>116.821</u></b>	<b><u>133.953</u></b>
Custo da operação	27.205	50.597
Outras despesas operacionais	89.616	83.356
<b>Total</b>	<b><u>116.821</u></b>	<b><u>133.953</u></b>

**36. RESULTADO FINANCEIRO**

	30/09/2012	30/09/2011
<b>Receitas financeiras</b>	55.181	61.327
Aplicações financeiras	18.115	26.501
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	33.796	32.617
Outras receitas financeiras	3.270	2.209
<b>Despesas financeiras</b>	(105.855)	(106.130)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(36.005)	(41.604)
Juros sobre debêntures	(36.703)	(43.918)
Outras despesas financeiras	(33.147)	(20.608)
<b>Variação cambial e monetária, líquidas</b>	4.472	1.995
Receitas de variação monetária	20.394	21.224
Recuperação das perdas de receita e energia livre	2.138	6.038
Conta de energia elétrica em atraso	6.693	8.360
Outras	11.563	6.826
Despesas de variação monetária	(15.922)	(19.229)
Principal - terceiros	-	(1.111)
Energia livre	(4.738)	(5.907)
Eficiência energética	(2.360)	(3.265)
Debêntures	(6.615)	(5.972)
Outras	(2.209)	(2.974)
<b>Total</b>	<b>(46.202)</b>	<b>(42.808)</b>

**37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:**

	30/09/2012		30/09/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	485.032	485.032	602.345	602.345
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(121.240)	(43.653)	(150.568)	(54.211)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(5.156)	(1.661)	(4.215)	(1.291)
Incentivos fiscais e outros	3.823	587	4.508	541
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(122.573)</b>	<b>(44.727)</b>	<b>(150.275)</b>	<b>(54.961)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(89.185)	(32.707)	(132.512)	(48.567)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.388)	(12.020)	(17.763)	(6.394)
<b>Total</b>	<b>(122.573)</b>	<b>(44.727)</b>	<b>(150.275)</b>	<b>(54.961)</b>

**Tributos diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011
IR e CS sobre diferenças temporárias	163.827	120.137	36.249	12.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.473	14.299	2.174	259
Provisão para ações judiciais e regulatórias	59.262	46.788	5.033	4.911
Plano especial de aposentadoria	3.809	4.590	(781)	1.647
Variação cambial	33.917	21.828	12.089	19.018
Provisão ganho/perda hedge	(31.633)	(20.017)	(11.616)	(14.489)
Provisão perda na desativação de ativos	2.514	20.977	(18.463)	-
Provisão efeito postergação tarifária	83.906	32.976	50.930	-
Outras	(4.421)	(1.304)	(3.117)	663
Benefício fiscal do ágio incorporado Terraço	115.051	124.956	(9.905)	(11.233)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola (vide nota 3)	675.298	-	(14.142)	-
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(105.456)	(50.976)	(57.610)	(24.933)
Plano de pensão	5.443	7.755	(5.443)	(5.317)
Leasing	164	292	(128)	-
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(111.072)	(59.155)	(51.916)	(20.845)
Marcação a mercado swap	9	132	(123)	1.229
Subtotal - impacto no resultado do período	848.720	194.117	(45.408)	(24.157)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(8.609)	(36.815)	31.337	947
Plano de pensão	(5.443)	(7.755)	5.443	5.320
Contratos de concessão - marcação a mercado	(3.166)	(29.060)	25.894	(4.373)
Total	840.111	157.302	(14.071)	(23.210)

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2012.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 30 de setembro de 2012 é como segue:

Ano	R\$
2012	14.946
2013	59.686
2014	60.046
2015	58.422
2016	55.799
2017 a 2019	165.119
2020 a 2022	157.127
2023 a 2025	146.836
2026 a 2028	122.132
Total	840.111

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

### 38. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	169	177	(479)	(321)
Total	<u>169</u>	<u>177</u>	<u>(479)</u>	<u>(321)</u>

As receitas obtidas junto à coligada Elektro Comercializadora de Energia Ltda. referem-se a serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas. As despesas são relativas à compra de energia elétrica no mercado livre para o prédio da Sede da Elektro.

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

Em função da mudança no controle acionário da Sociedade, a AEI America do Sul Holding LTDA. Não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011, e a receita registrada até a referida data, referente ao contrato com a AEI, foi de R\$ 81.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no período findo em 30 de setembro de 2012, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 5.694 (R\$ 6.206 em 30 de setembro de 2011), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 4.397 (R\$ 4.565 em setembro de 2011) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.297 (R\$ 1.641 em setembro de 2011). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações concedidas pela Iberdrola (vide nota 29) no montante de R\$ 1.596 no período findo em setembro de 2012.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 26.2).

### 39. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos operacionais e multirrisco	872.940
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirrisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2012 a 31 de maio de 2013, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2012 a 1º de junho de 2013.

A apólice de Propriedade possui cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros possui cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

#### 40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Ativo indenizável (concessão):** vide nota 14.1.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

**Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira:** A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro, definida no processo de *bookbuilding*. Esta é a taxa de juros considerada a mais atualizada do mercado, uma vez que ainda não houve nenhuma negociação da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures no mercado secundário. Desse modo, a Anbima não divulgou taxas indicativas para as debêntures referidas. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil).

**Demais ativos e passivos financeiros:** São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não serem negociados em mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	630.177	630.177	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	754.505	754.505	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	33.975	33.975	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	24.704	24.704	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	441.979	441.979	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b>1.885.340</b>	<b>1.885.340</b>		
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(276.461)	(276.570)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(445.221)	(445.221)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	71.496	71.496	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(964.573)	(985.868)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(16.311)	(16.311)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(302.647)	(302.647)	Custo amortizado	Passivos mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b>(1.933.717)</b>	<b>(1.955.121)</b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

A apuração do valor justo do ativo financeiro indenizável e a operação de “Swap” levou em consideração o nível hierárquico 2. Ver maiores detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 14.1.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's nos últimos anos.

Em 9 de agosto de 2012, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's definiu o rating da 6ª emissão de debêntures da Elektro e reafirmou o rating corporativo da 4ª e 5ª emissão de debêntures em brAAA.

### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

Para o período findo em 30 de setembro de 2012, a Sociedade possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de “Swap” firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 18, a Sociedade, captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de “Swap”, resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (rating) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade, por não haver previsão de manutenção nas Informações Trimestrais dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 30 de setembro de 2012, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

### Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Sociedade considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2012, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 30 de setembro de 2012: 7,42%, 8,45% e 5,41% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, 5,50%; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	624.359	Variação CDI	50.323	62.904	75.485
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(121.266)	Variação CDI	(9.774)	(12.218)	(14.661)
Cédula de Crédito Bancário (1)	(373.725)	Variação CDI	(30.122)	(37.653)	(45.183)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(220.891)	Variação CDI	(17.804)	(22.255)	(26.706)
	(91.523)		(7.377)	(9.221)	(11.065)
Ativo Indenizável (2)	441.979	Variação IGP-M	25.635	32.043	38.452
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(192.343)	Variação IPCA	(9.790)	(12.238)	(14.685)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(100.809)	Variação IPCA	(5.131)	(6.414)	(7.697)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(331.409)	Variação IPCA	(16.869)	(21.086)	(25.303)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(10.780)	Variação TJLP	(593)	(741)	(889)
Financiamentos - BNDES	(116.441)	Variação TJLP	(6.404)	(8.005)	(9.606)
Redução (aumento)			(20.529)	(25.661)	(30.794)

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de “Swap” conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

Notas:

(\*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

### Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 30 de setembro de 2012 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 4,30%.

### **Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da sociedade, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos para às tarifas.

### **Risco de Liquidez**

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### **Risco de Mercado**

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir deste ano, conforme previsto na legislação vigente ou através de cotas estabelecidas na Medida Provisória nº 579/12 e Decreto nº 7805/12 recentemente publicados.

### **Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica**

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 89 subestações (SE), a automação do comando de 827 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 482 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

### Índices Financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/09/2012	30/09/2011
Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,03	1,85
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-8,25	-11,30
IGP-M	7,09	4,15
TJLP	4,34	4,47
Selic	6,72	8,71
CDI	6,33	8,70

<sup>(1)</sup> Cotação em 30 de setembro.

### 41. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

A Administração da Sociedade define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, os saldos que compõem essa conta estão apresentados na nota 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	-	4.425
Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	135.686	169.259

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade referem-se a compra de ativo imobilizado através de contrato de leasing, a qual afetará “caixa e equivalente de caixa” à medida que os pagamentos forem efetuados; e reclassificação do saldo de Dividendos do patrimônio líquido para “Dividendos a pagar” após aprovação em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2012.

**DIRETORIA**

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE DE CONTABILIDADE E FISCAL  
CRC 1SP235939/O-7

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

**CONSELHEIROS**

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

LUIZ CARLOS SILVA

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Campinas – SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Outros assuntos**

### **Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 19 de outubro de 2012

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luís A. Marini  
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior  
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP